



coimi.net



CONGRESSO
INTERNACIONAL

MUNDOS INDÍGENAS, AMÉRICA:

Histórias,
Territorialidades
e Saberes Indígenas

MINICURSOS

Realização



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

 25-28 FEVEREIRO
2026
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Apoio



SUMÁRIO

MC1 - RONDON E SUA ATUAÇÃO INDIGENISTA	5
MC2 - INTRODUCCIÓN A LA LENGUA Y MÚSICA DEL PUEBLO MAPUCHE (CHILE Y ARGENTINA)	5
MC3 - TXERE BERU	6
MC4 - AS SERPENTES DE ABYA YALA E O CONJURO DE ECOLOGIAS, ANIMALIDADES E COEXISTÊNCIAS ANCESTRAIS MULTIESPÉCIES	6
MC5 - ARTE, COSMOLOGIA APURINÃ E LETRAMENTO ÉTNICO-RACIAL: PINTURA E GRAFISMO EM ECOBAGS	6
MC6 - O PAPEL DAS PEQUENAS MÍDIAS NA DENÚNCIA DE VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E MULHERES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL ENTRE OS ANOS 2020-2025.	7
MC7 - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O USO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO RECURSO NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I NAS ALDEIAS	7
MC8 - MEMORIA BIOCULTURAL COMO (RE)CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO ORIGINÁRIO.....	8
MC9 - MEMÓRIAS EM ROCHAS, BARRO E CACHIMBOS: É NOSSA VEZ DE NARRAR NOSSAS VIDAS COM NOSSA VOZ.....	8
MC10 - "IË KAX'MKAY TXÓ HǺ-HǺ-HǺE": A VOZ DO POVO – MATEMÁTICA DA RIMA E RITMOS ANCESTRAIS – UM OLHAR ETNOMATEMÁTICO NO HIP-HOP INDÍGENA PATAXÓ	9
MC11 - DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO	9
MC12 - O USO DOS DIAGRAMAS DE PARENTESCO EM CONTEXTO DE PESQUISA	10
MC13 - PALAVRA É POESIA: PARTILHA E EXPERIMENTAÇÃO DE POESIA INDÍGENA	10
MC14 - VOZES DO BERAHATXI (FUNDO DAS ÁGUAS): HISTÓRIA E TERRITORIALIDADE NA ILHA DO BANANAL – TOCANTINS	11
MC15 - HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO NO BRASIL REPUBLICANO (1910-1988): ENTRE O SPI, A FUNAI E A AUTONOMIA INDÍGENA.....	11
MC16 - MULHERES INDÍGENAS E DE COR: A MEMÓRIA COMO MÉTODO DE CUIDADO COLETIVO	12
MC17 - VAMOS OUVIR AS IMAGENS!	13
MC18 - AGÊNCIAS INDÍGENAS/CONEXÕES COM OUTROS GRUPOS ÉTNICOS E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS - SÉCULOS XVI AO XXI	13
MC19 - EDUCAÇÃO ESCOLAR E SUPERIOR INDÍGENA NO BRASIL: PESQUISAS, VIVÊNCIAS E PERSPECTIVAS INTERCULTURAIS.....	16
MC20 - INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA INDÍGENA.....	16
MC21 - HISTÓRIA(S) INDÍGENA(S) NA AMAZÔNIA: SERINGAIS, INVASÕES TERRITORIAIS E LUTAS NO SÉCULO XX – ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	17
MC22 - A EXPERIÊNCIA DA VILA DE “ÍNDIOS” DE VINHAIS ENQUANTO ESPAÇO DE SUBORDINAÇÃO COLONIAL E INDÍGENA (1757-1800)	17
MC23 - CON UN PIE EN EL PASADO Y OTRO EN EL FUTURO, HISTORIA Y ACCIÓN POLÍTICA CON LAS COMUNIDADES DE LA PUNA JUJEÑA (ARGENTINA 1790-2023)	21

MC24 - COSMOVISÕES E SABERES ANCESTRAIS: UMA ABORDAGEM INTEGRADA AS METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA E.E. INDÍGENA.....	21
MC25 - TEMPO HISTÓRICO E ANTROPOCENO: SABERES INDÍGENAS COMO RESISTÊNCIA ANCESTRAL	23
MC26 - ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA E INTERCULTURALIDADE: PERSPECTIVAS DECOLONIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	23
MC27 - “MIRA-SÁ IAUARETÊ” - COSMOLOGIAS AMAZÔNICAS NO MITO DA GENTEONÇA, GENTE-PEIXE E COBRA GRANDE.....	24
MC28 - LITERATURA, ETNOTECNOLOGIAS INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS	25
MC29 - LETRAMENTO INDÍGENA: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ATRAVÉS DO CANTO, DANÇA, MÚSICA, NUMA AÇÃO ANTIRRACISTA	25
MC30 - CULTURA, HISTÓRIA E TECNOLOGIAS: ESTRATÉGIAS FORMATIVAS PARA A CRIAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS À LUZ DA LEI 11.645.....	26
MC31 - TERRITORIALIDADES INDÍGENAS EM CONTEXTOS URBANOS NAS CAPITAIS DO NORDESTE: FLORESTANDO A POLÍTICA URBANA.....	27
MC32 - ALDEIA DE SABERES: RETOMADAS ETNOEDUCACIONAIS E EPISTEMOLOGIAS INTERCULTURAIS NA EJA E NO ENSINO SUPERIOR.....	27
MC33 - LINGUÍSTICA HISTÓRICA COMO SUPORTE A ANÁLISES SINCRÔNICAS.....	27
MC34 - VOZES QUE O ARQUIVO NÃO CALA: FILOGRAFIA APLICADA A FONTES INDÍGENAS	28
MC35 - EDUCAÇÃO INTERGERACIONAL INDÍGENA NA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE E O CENTRO DE ENSINO MÉDIO INDÍGENA XERENTE WARÃ	29
MC36 - ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: REFLEXÕES E PROPOSTAS DIDÁTICAS	30
MC37 - MEMÓRIAS E LUTAS: O NOTÓRIO SABER NA UNIVERSIDADE.....	31
MC38 - NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL – CONSTRUINDO PROTOCOLOS DE CONSULTA PARA DEFESA TERRITORIAL DOS POVOS INDÍGENAS	31
MC39 - MAPAS SUBJETIVOS TERRITORIAIS: TECENDO ALIANÇAS ENTRE POVOS, NATUREZA E JUSTIÇA	33
MC40 - DO PNLD LITERÁRIO À FORMAÇÃO DO LEITOR: ESTRATÉGIAS DE LEITURA COM OBRAS DA LITERATURA INDÍGENA	33
MC41 - DIETAS INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	33
MC42 - MARCO TEMPORAL E A DESTRUIÇÃO DOS ESPAÇOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS	34
MC43 - O CINEMA DO REAL MARAVILHOSO: UMA PROPOSTA DESCOLONIZANTE PARA SE PENSAR A HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA ATRAVÉS DE PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS.....	35
MC44 - ARTE EM RETOMADA: COLAGEM DIGITAL, CORPOS, MEMÓRIAS E A RECONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS.....	36
MC45 - CONFABULAÇÕES INDÍGENAS EM TEMPOS DE “FIM DE MUNDOS”: ENTRE ANTROPOLOGIA, IMAGENS E PERFORMANCE	36
MC46 - HISTÓRIAS ENTRE-MUNDOS: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL REPUBLICANO (SÉCULOS XX E XXI)	37

MC47 - A DIGNIDADE COSMOGÊNICA DA NATUREZA E SUA AFIRMAÇÃO COMO SUJEITO DE DIREITOS: UM DIÁLOGO DE SABERES ENTRE COSMOVISÃO INDÍGENA, FILOSOFIA, CIÊNCIA E DIREITO COMO CAMINHO NECESSÁRIO PARA UMA EDUCAÇÃO ECOLÓGICA E ECOZÓICA	37
MC48 - O INTERESSE ECONÔMICO MILITAR E O MOVIMENTO INDÍGENA, DURANTE A ANC: REFLEXOS DA POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA.....	38
MC49 - ANCESTRALIDADE E SABERES TRADICIONAIS DO POVO XERENTE (AKWĒ).....	38
MC50 - USOS DA HISTÓRIA ORAL.....	39
MC51 - A EXPERIÊNCIA DOS ANCIÃOS INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DE ITINERÁRIOS FORMATIVOS PARA A EJA EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS.....	40
MC52 - BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS INTERGERACIONAIS ENTRE CRIANÇAS E ANCIÃOS DA AMAZÔNIA	40

MC1 - RONDON E SUA ATUAÇÃO INDIGENISTA

Ministrante:

Victor Ferri Mauro (UFMS)

Por meio de uma apresentação expositiva e dialogada, com projeção de slides, fotografias e vídeos, este minicurso discutirá a trajetória de Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), oficial do Exército Brasileiro, notabilizado por comandar nas primeiras décadas do século XX a construção das Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, por contactar povos autóctones e por instituir uma política de proteção a esses grupos baseada em postulados positivistas. De forma mais específica, serão analisadas as linhas-mestras do indigenismo rondoniano e consequências de sua aplicação. Contrapondo-se aos interesses das frentes colonizadoras que avançavam rápida e vorazmente pelo território nacional, Rondon defendeu uma integração dos povos originários à sociedade brasileira que fosse gradual e harmoniosa. Sob esses princípios, fundou em 1910 o Serviço de Proteção aos Índios, órgão indigenista oficial que, com o fito de prestar permanente assistência (econômica, sanitária, educacional etc.) ao seu público-alvo, criou uma rede de postos em diversas regiões do país, muitos em lugares remotos. Nas experiências mais bem-sucedidas, o indigenismo rondoniano conseguiu conferir maior proteção à integridade física de seus tutelados contra ameaças externas; por outro lado, essa atuação produziu impactos negativos por não ter respeitado a plena autonomia cultural e política das populações assistidas. Com um raciocínio evolucionista, Rondon e seus asseclas buscaram introjetar paulatinamente nos indígenas a substituição de suas tradições por costumes e valores da chamada “civilização”, política que a longo prazo ensejou problemas como a espoliação e a degradação ambiental dos territórios tradicionais, a descaracterização cultural, a marginalização social e a dependência econômica do “mundo do homem branco”.

MC2 - INTRODUCCIÓN A LA LENGUA Y MÚSICA DEL PUEBLO MAPUCHE (CHILE Y ARGENTINA)

Ministrantes:

Muriel da Costa (USP)

Andrea Salazar Vega (Universidad de Playa Ancha)

Este minicurso plantea un programa de 3 sesiones (de 90 minutos c/u) de carácter teórico y práctico para acercarse al kimün / conocimiento en torno a las expresiones musicales y sonoridades del pueblo mapuche. A partir de la propia experiencia y autorreconocimiento de las profesoras como integrantes del pueblo mapuche, se presentarán las principales características de la sociedad mapuche contemporánea, poniendo énfasis en la situación histórica de colonialidad que ha afectado su autonomía, influenciando, entre otras cosas, las sonoridades y la comprensión del arte en la actualidad. El objetivo es situar a los participantes en la cultura mapuche, para poder performar cantos a partir de los cuales se enseñarán expresiones lingüísticas en mapuzugun y un repertorio musical seleccionado por las profesoras. De manera que los participantes puedan cantar y entender a cabalidad la letra y el sentido de lo que están experimentando. Se caracterizarán algunas de las prácticas artísticas y culturales más importantes, dando centralidad al ũlkantun / canto tradicional y las expresiones musicales, los instrumentos y algunos exponentes de la música.

Objetivos generales:

Reflexionar sobre la música y sonoridades del pueblo mapuche, mediante sesiones teórico-prácticas.

Objetivos específicos:

- Situar a los participantes en la cultura mapuche, para poder performar un repertorio de cantos tradicionales.
- Aprender los principales hitos de la historia mapuche en cuanto a su situación actual de colonialidad.
- Conocer estructuras lingüísticas propias del mapuzugun / lengua mapuche a partir de la música y el canto.

Metodología: teórico práctica, clases expositivas y canto colectivo con los participantes.

Recursos didácticos: www.archivosonoromapuche.cl

Bibliografía básica y complementaria

Avendaño Curaqueo Elisa, Rosamel Millaman, Claudio Mélillan, Guido Brevis. Aukinkoi Ñi Ülkanun. Impreso en los talleres de imprenta America LTDA. Alemania Ltda. Temuco, Araucanía, Chile. Marzo de 2010.

Canio y Pozzo. (2014). Regina y Juan Salva: primeras grabaciones de cantos mapuche en soporte cilindros de fonógrafo (1905 y 1907). Revista Musical Chilena. Vol. 68, Nº 222: 70-88. Disponible en <http://www.revistamusicalchilena.uchile.cl/index.php/RMCH/article/view/35912/37559>

Díaz, Collao, Leonardo. Más allá de la música mapuche, equívocos, definiciones y resistencias. Resonancias. vol. 27 nº 52, enero - junio 2023, pp.47-60/ artículos.

Moraga García, Fernanda. Tejiendo genealogías poéticas: primeros cantos transcritos de mujeres mapuche (siglos XIX y XX) Literatura y lingüística, núm 23, 2011, pp 29-45. Universidad católica Silva Henríquez. Santiago, Chile.

MC3 - TXERE BERU

Ministrante:

Gerson Damiani (USP)

Trata-se de um minicurso em torno da cultura, tradições, expressão e línguas indígenas dos povos originários da Amazônia, composto pelos seguintes pilares: apresentação do filme Haux sobre a Jiboia Branca e do filme Basne Puru sobre a Aranha Encantada, ambos retratando os primórdios da tecelagem Huni Kuin, através de Kenês. Paralelamente à apresentação e interpretação do filme, ocorrerá uma oficina de moda e design com representantes do povo Huni Kuin, onde serão abordadas as tradições do povo, assim como o papel da mulher Kaxinawá no espaço Huni Kuin e no mundo. O minicurso conclui com um debate entre o docente, os convidados e participantes sobre o significado dos Kenês, da importância da história oral dos povos indígenas da Amazônia, contada através de lendas e comunicação verbal.

MC4 - AS SERPENTES DE ABYA YALA E O CONJURO DE ECOLOGIAS, ANIMALIDADES E COEXISTÊNCIAS ANCESTRAIS MULTIESPÉCIES

Ministrante:

Vivian Catarina Dias (UNIFESP)

Este minicurso é um convite a compartilhar reflexões e exercícios acerca das coexistências, dos corpos-territórios e dos parentescos dos povos de Abya Yala nas relações com ecologias, vegetalidades, animalidades e demais existências, em especial as Serpentes. Nosso objetivo consiste em observar como as fraturas coloniais geraram estereotipações e as usaram como maquinário extrativista do sistema colonial-religioso-capitalista que reduziu corpos-territórios e existentes a recursos sob a abstração do termo ocidental "Natureza", que impôs o binômio natureza versus cultura como o principal dispositivo regulador das relações. Dessa forma, veremos como outras ecologias se entrelaçam e derruem as fronteiras entre natureza e cultura, mente e corpo, irmanadas em resistências e coexistências. Mais especificamente, exercitaremos ecologias que encarnam a Serpente na própria existência e não se submetem aos binarismos, às reduções do termo "Natureza", às preconceções e às representações das serpentes como traiçoeiras, vis e associadas ao mal. Utilizaremos como referências estudos, narrativas, práticas, saberes, trabalhos acadêmicos, vídeos, manifestações artísticas (grafismos, cerâmicas, pinturas, cestarias) e epistêmico-metodológicas indígenas que assumem a Serpente como ser encarnado nas práticas e coexistências: Barcelos Neto, 2011; 2016; Barreto; Santos, 2017; Jaguaribaras, M., 2024; 2022; Fulhaber, Priscila, 2024, Anzaldúa, 2016; 2021; Krenak; Piúba, 2022; Huni Kuin, Rita, 2025; MAHKU, 2019; Flecha 1: A Serpente e a Canoa, 2021; Desana, 2019; Yamã, 2007; além de artistas indígenas como Daiara Tukano, Denilson Baniwa, Jaider Esbell, Merremii Jaguaribaras entre outras(os).

MC5 - ARTE, COSMOLOGIA APURINÃ E LETRAMENTO ÉTNICO-RACIAL: PINTURA E GRAFISMO EM ECOBAGS

Ministrantes:

Valdirene Nascimento da Silva Oliveira (IFAC)

Maria de Fatima Nascimento (Kowawa Kapokaja Apurinã) (UFF)

O minicurso propõe uma vivência artístico-pedagógica que articula a pintura em ecobags com grafismos indígenas inspirados na cosmologia do povo Apurinã, e letramento étnico-racial. A atividade busca refletir sobre identidade, diversidade cultural e respeito às epistemologias indígenas. O minicurso pretende aproximar o(a)s participantes dos modos de pensar e criar Apurinã, valorizando os grafismos como expressão estética, política e espiritual. O processo será conduzido de forma dialógica, permitindo que cada participante elabore sua ecobag. A proposta situa-se na educação intercultural e contra colonial, contribuindo para o enfrentamento ao racismo estrutural e saberes indígenas. Objetivo geral: promover uma experiência artístico-educativa de pintura em ecobags com grafismos, articulada ao letramento étnico-racial. Objetivos específicos: contextualizar a cosmologia e os grafismos do povo Apurinã; estimular reflexões críticas sobre identidade e etnicidade; incentivar a criatividade coletiva; valorizar práticas sustentáveis na produção artística. Metodologia: (1) apresentação sobre cosmologia, grafismos e letramento étnico-racial; (2) demonstração de técnicas de pintura; (3) produção coletiva e roda de conversa para socialização. Recursos didáticos: ecobags, tintas para tecido, pincéis, papel para rascunho, projetor e imagens de grafismos indígenas. Bibliografia básica: Baniwa, Gersem. Educação escolar indígena no Brasil: desafios e perspectivas. Brasília: MEC, 2006; Oliveira, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2016; Silva, Aracy Lopes da; Grupioni, Luís Donisete Benzi (orgs.). A temática indígena na escola. Brasília: MEC, 1995.

MC6 - O PAPEL DAS PEQUENAS MÍDIAS NA DENÚNCIA DE VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E MULHERES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL ENTRE OS ANOS 2020-2025.**Ministrante:**

Samile Magalhães Pereira (UFAM)

O minicurso tem como objetivo geral analisar o papel das pequenas mídias e portais de notícias na denúncia de violências sexuais contra crianças e mulheres indígenas na Amazônia Legal entre os anos de 2020 e 2025. Entre os objetivos específicos, busca-se mapear os portais e seus repertórios narrativos; identificar padrões de denúncia, atores envolvidos e redes de apoio; discutir a ética do cuidado, a escuta sensível e a interseccionalidade; além de avaliar riscos, retaliações e impactos comunitários, propondo recomendações para uma cobertura mais responsável e articulada com organizações indígenas. A metodologia adotada combina análise documental de matérias jornalísticas no período de 2020 a 2025, codificação temática e análise de enquadramentos, com triangulação de dados a partir de relatórios institucionais e pesquisas etnográficas. Serão realizadas oficinas práticas de verificação de informações, elaboração de protocolos de segurança informacional e exercícios de redação de notas públicas e dossiês. O curso se fundamenta no diálogo entre perspectivas antropológicas e históricas sobre a imprensa local, a colonialidade do poder e as violências de gênero em contextos amazônicos. Como recursos didáticos, utilizar-se-ão projetor, acesso à internet, planilhas digitais, plataformas colaborativas, fichas de análise, modelos de protocolos éticos e guias de linguagem não violenta. O produto final consistirá na elaboração de um mini dossiê coletivo com mapeamento de portais, padrões de cobertura, lacunas e recomendações. A bibliografia básica contempla Segato (2016), Das (2007), Almeida (2010), Brum (2021), além de estudos do ISA e de etnografias de Vilaça (2019). Como bibliografia complementar, incluem-se Spivak (2010), Haraway (1995), Mbembe (2018), Traquina (2005), Porto (2012), guias da Abraj, relatórios do MPF, UNICEF, OIM e CNMP, bem como a Convenção 169 da OIT e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

MC7 - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O USO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO RECURSO NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I NAS ALDEIAS**Ministrantes:**

Simone Teles da Silva Santos (UNEB)

Rejane Palha Amaral (UNEB)

O trabalho desenvolvido nas escolas através do gênero Histórias em Quadrinhos (HQs) utiliza a ludicidade na aprendizagem dos alunos. A linguagem em quadrinhos promove no desenvolvimento das atividades, aos alunos, uma prática para o desenvolver habilidades com atividades criativas e lúdica por meio das HQs. O tema Educação Ambiental (EA) pode ser trabalhado de forma interdisciplinar nas escolas, onde existe uma grande diversidade de biomas e recursos ambientais e culturais, podendo-se explorar através das HQs a vivência dos estudantes e do cotidiano na aldeia. Este minicurso tem como público-alvo professores e professoras das escolas públicas do ensino fundamental I de 2º a 5º Ano da educação básica, por meio da inquietação como as HQs podem ser instrumentos de salvaguardar a história e as vivências dos povos indígenas retratada pelo seu público infantil. O objetivo desta proposta é apresentar aos docentes as HQs como instrumento facilitador do ensino aprendizagem. Os recursos utilizados serão os Gibis com HQs de diversas temáticas, cartolina, lápis preto, canetas de colorir, lápis de cor, papel ofício A4, borracha, régua, grampeadores, tesouras, apresentação de slides, projetor de imagem, caixa de som, microfone e apostila dos livros de: Kleiman (1995), Marcuschi (2008), Tfouni (2010) e Soares; Batista (2005). A metodologia está pautada na abordagem qualitativa, orientada a sistematização das atividades e a compreensão em profundidade do assunto abordado. Será explanado os conceitos de letramento, gênero textuais e enfatizado o gênero HQs, a partir dos livros que serão trabalhados com os participantes os quais terão uma apostila de cada livro. Utilizaremos técnicas como o manejo dos gibis, será disponibilizado materiais para confeccionarem gibis. As escolas das comunidades indígenas por meio do uso das HQs podem desenvolver projetos pedagógicos com o propósito de mitigar, conservar e preservar o meio ambiente, a culturas, as crenças e salvaguardar a história dos povos originários de forma lúdica para as presentes e futuras gerações.

MC8 - MEMORIA BIOCULTURAL COMO (RE)CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO ORIGINÁRIO

Ministrante:

Ybyrá Ybyraçu Antekren Duarte Brandão (UNEB)

O minicurso aqui proposto tem como objetivo geral propiciar o processo de (re)conhecimento das relações sociedade/natureza por meio da memória que o povo indígena salvaguarda com o seu território, partindo de conceitos como: ancestralidade, etnoecologia e bioculturalidade. Entre os objetivos específicos destacamos: a) A necessidade de fazer um memorial biocultural do território usado pelo povo; b) O uso de inventários e etnomapeamentos; c) Apresentação de protocolos comunitários para garantia de uso dos bens naturais, culturais ou sociais de valor étnico. Nossa metodologia consiste em três etapas, onde o primeiro momento será de uma exposição teórica e conceitual sobre os a temática proposta. Na sequência, avançaremos em estudos de caso vendo exemplos de alguns trabalhos realizados por sujeitos originários e parceiras/os nos territórios. No último momento, buscaremos exercitar em grupos de experimentação "heterogêneos" (envolvendo indígenas, pesquisadores e outros participantes) a construção de cada uma das ferramentas vistas nas etapas anteriores do nosso minicurso. Os recursos didáticos necessários consistem em: 1- Equipamentos audiovisuais; 2- Papel Ofício, papel metro, pincel permanente e canetinhas hidrocor; 3- Livros e textos com estudos de caso. Referências: PAVÃO, et.al. Memórias bioculturais dos Guarani-Kaiowá sobre a floresta e os seres que a coabitam: ecologia cosmopolítica na perspectiva da etnoconservação. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 18, n. 2, e20220006, 2023. ATAÍDE, et.al. A etnocartografia como ferramenta de gestão. 2025. CANCELA. et.al. Inventário cultural Guerém da aldeia de São Fidélis – Valença (BA), 2025. FILHO, et.al. Protocolos autonômicos de consulta previa y el derecho a la libre determinación. 2021.

MC9 - MEMÓRIAS EM ROCHAS, BARRO E CACHIMBOS: É NOSSA VEZ DE NARRAR NOSSAS VIDAS COM NOSSA VOZ

Ministrantes:

Cecilia Lopes Marinheiro (UFRB)

Patricia do Nascimento Xavier (UFRB)

O objetivo principal do minicurso é refletir sobre as potencialidades dos professores e estudantes indígenas enquanto pesquisadores de seus territórios e de sua ancestralidade, valorizando os espaços ancestrais, de memória e as narrativas do povo como instrumentos para pontes entre os diversos saberes. Destaca também elementos culturais, históricos e de expressão artísticas e linguísticas, na formação de conceitos construídos das ciências indígena e de outros saberes. Será organizado em momentos, iniciando por uma ritualística para acolhida e integração dos componentes do grupo, seguido pelo primeiro momento didático para conceitos e explanação, utilizando retroprojeto para exibição de slides onde nas lâminas conterão imagens e legendas de locais ancestrais, elementos culturais e sagrados para alguns povos, sobretudo dos povos do Nordeste brasileiro. No segundo momento, serão propostas atividades em grupos no levantamento das potencialidades e desafios para os pesquisadores indígenas e sugestões de melhoramento junto aos povos, universidades e outras instituições de ensino que atende a educação escolar indígena. No terceiro momento, ocasião para roda de conversas e socialização das produções feitas utilizando a criatividade através de cartazes, sementes, pinturas entre outros. O referencial bibliográfico será composto por: KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo; LÉVI-STRAUS, Claude. Raça e história; MARINHEIRO, Maria José Gomes. Reminiscência ou resistência indígena: um estudo do processo de afirmação étnica do povo indígena Tumbalalá, BA; PACHECO DE OLIVEIRA, João [org]. A presença indígena no Nordeste processos de territorialização, modos de reconhecimento e regime de memória; POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio.

MC10 - "IÊ KAX'MKAY TXÓ HÃ-HÃ-HÃE": A VOZ DO POVO – MATEMÁTICA DA RIMA E RITMOS ANCESTRAIS – UM OLHAR ETNOMATEMÁTICO NO HIP-HOP INDÍGENA PATAXÓ

Ministrante:

João Rodolfo Silva Pinheiro (SEC-BA)

O minicurso “Iê Kax'mkay Txó Hã-hã-hãe: A Voz do Povo – Matemática da Rima e Ritmos Ancestrais – Um Olhar Etnomatemático no Hip-Hop Indígena Pataxó” propõe uma imersão prática e teórica entre cultura hip-hop, oralidade indígena e etnomatemática. Explora como contagem de versos, tempo e compasso são recursos para criar rimas com consciência rítmica e cultural. Aborda conceitos matemáticos na construção poética, como padrões métricos, proporções sonoras, divisões rítmicas e simetria de estrofes. Integra saberes tradicionais Pataxó, como cantos e narrativas orais, às práticas contemporâneas do rap, conectando métrica e compasso musical. Por meio da contagem de sílabas poéticas, marcação de tempo e organização de versos, desenvolve competências artísticas e matemáticas, fortalecendo a autonomia criativa e a valorização cultural. Objetivo geral: capacitar pessoas indígenas e não indígenas para criar rimas e composições de rap articulando matemática e tradição oral Pataxó. Objetivos específicos: reconhecer padrões rítmicos e métricos no rap e na oralidade; aplicar contagem, proporção e compasso na criação; incentivar o uso de recursos matemáticos na arte. Metodologia: aulas expositivas e práticas com quatro MC's da Batalha da Coroa e o proponente, utilizando rima e etnomatemática. Recursos: microfones, caixas de som, metrônomo, quadro branco, projetor, instrumentos e softwares de áudio. Bibliografia básica: D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática. São Paulo: Ática, 2002. / OLIVEIRA, Reinaldo José de. Matemática e Cultura. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. / ROSE, Tricia. Black Noise: Rap Music and Black Culture in Contemporary America. Hanover: Wesleyan University Press, 1994.

MC11 - DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO

Ministrantes:

Sérgio Pessoa Ferro (UFOB)

Natasha Karenina de Sousa Rego (UESPI)

Lorena Lima Moura Varão (UFT)

O presente minicurso tem como objetivo geral possibilitar o aprofundamento do estudo, da pesquisa e do debate sobre os diversos aspectos relativos aos direitos dos povos indígenas no Brasil no contexto pós-Constituição de 1988. Especificamente, objetiva: a) compreender criticamente os impactos da colonização nos modos de vida dos povos indígenas; b) descrever o processo histórico e jurídico de

desenvolvimento do indigenismo brasileiro; c) formar lideranças e agentes capazes de compreender as discussões relacionadas aos direitos à identidade cultural, ao território, à autodeterminação, dentro outros aspectos fundamentais; d) desconstruir posicionamentos essencialistas que contribuem para o etnocídio e retirada de direitos dos povos indígenas; e) conhecer a realidade política e jurídica atual dos povos indígenas dos estados do Piauí e da Bahia. Para isso, utilizaremos metodologias participativas, a fim de facilitar o diálogo com as cursistas tendo como referência a educação popular de Paulo Freire, bem como teóricos críticos do direito, como Carlos Marés (2005), Deborah Duprat (2002), Ailton Krenak (2015), Eloy Terena (2022), Felipe Tuxá (2017), dentre outros. Ademais, por meio de uma educação jurídica crítica e popular, o minicurso terá como foco a formação de lideranças das comunidades indígenas que participarão do evento.

MC12 - O USO DOS DIAGRAMAS DE PARENTESCO EM CONTEXTO DE PESQUISA

Ministrantes:

Marlon Nilton da Silva Galvão (UFPB)

Marianna Araújo de Queiroz (UFPB)

A proposta do minicurso é fazer uma discussão sobre o uso dos diagramas de parentesco em pesquisas antropológicas e outros contextos, a partir das experiências dos facilitadores. Combinando aspectos teóricos e práticos apresentaremos como coletar, organizar e interpretar os dados que surgem a partir dos diagramas de parentesco. Também vamos fazer uma experiência prática, montando diagramas de parentesco em sala e a apresentação do Genopro, um programa de computador que organiza esses dados. Daremos ênfase aos modos como os diagramas de parentesco revelam questões relativas aos fluxos da vida, as compreensões sobre unidade doméstica, identidade e territorialidades, bem como a trajetórias experienciais.

Objetivo Geral

Analisar criticamente diferentes diagramas de parentesco e suas aplicações nos mais diversos contextos de pesquisa em ciências sociais.

Objetivo Específico

Introduzir os participantes na discussão sobre a produção dos diagramas de parentesco.

Metodologia

A proposta é que o minicurso tenha dois movimentos, o primeiro de apresentação do que é um diagrama de parentesco, das discussões teóricas que envolvem o tema e sobre a experiência dos pesquisadores. No segundo momento, os participantes construiriam os seus próprios diagramas, pensando nas informações que são importantes para compreender as dinâmicas que estão ali representadas.

Recursos didáticos

Para o minicurso seria necessário um projetor, quadro branco, canetas para quadro, lápis, apontadores, papel e borrachas.

Bibliografia Básica

AUGÉ, Marc. (Org.). 1975. Os domínios do parentesco. Lisboa: Edições 70.

MC13 - PALAVRA É POESIA: PARTILHA E EXPERIMENTAÇÃO DE POESIA INDÍGENA

Ministrante:

Ellen Cristine Cruz de Lima (Universidade do Minho, PT)

Este minicurso funcionará como uma oficina de troca, conversa e experimentação poética. Pensada como um espaço coletivo de partilha e criação, a oficina propõe investigar o lugar da poesia em nossas vidas, estudos e escritas. Expostos a textos e obras indígenas, os participantes são convidados a pensar caminhos entre experiências, saberes e sentimentos, construindo juntos novos sentidos para a

presença da poesia em nossas vidas. No final, o grupo apresenta uma obra poética construída coletivamente.

MC14 - VOZES DO BERAHATXI (FUNDO DAS ÁGUAS): HISTÓRIA E TERRITORIALIDADE NA ILHA DO BANANAL – TOCANTINS

Ministrantes:

Keyliane dos Anjos Leitao (UFT)

Jocyleia Santana dos Santos (UFT)

Este minicurso permeia os caminhos da História oral por meio da narrativa ancestral Javaé sobre Tan̄xiwè, o “deus responsável” por trazer a luz ao povo que vivia na escuridão, para promover uma reflexão integrada sobre história, territorialidade e saberes indígenas na Ilha do Bananal. Registrada e transmitida por anciãos Javaé, a narrativa revela a cosmovisão Iny e a centralidade da oralidade na construção e preservação da memória coletiva. Ao articular passagens ancestrais que envolvem o mundo subterrâneo, relações de parentesco, deslocamentos e transformações, a atividade propõe um espaço de escuta, leitura e interpretação conjunta da narrativa, conectando-a a conceitos históricos e antropológicos. Objetivo Geral: Analisar a narrativa oral de Tan̄xiwè como expressão histórica, territorial e cultural do povo Javaé, compreendendo seu papel na preservação da memória e na transmissão de saberes. Objetivos Específicos: Afirmar a História Oral como instrumento metodológico central de registro, análise e transmissão de saberes; Discutir o papel da oralidade na preservação da história e da territorialidade indígena; Identificar elementos cosmológicos, territoriais e éticos presentes na narrativa; Relacionar a narrativa com processos de transformação cultural. Metodologia: O minicurso será desenvolvido a partir da escuta e leitura coletiva da narrativa oral registrada, seguido de rodas de conversa mediadas, análise de trechos selecionados e elaboração de mapas conceituais que relacionem elementos ancestrais à territorialidade e à história Javaé. Serão utilizados recursos audiovisuais (projutor multimedia e computador), trechos transcritos e mapas, valorizando o diálogo horizontal e a voz indígena como fonte legítima de conhecimento histórico, assim como materiais para anotação.

Bibliografia Básica:

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3. ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013

BRASIL. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental: Brasília, 1998. Disponível

em: https://www.ufmg.br/copeve/Arquivos/2018/fiei_programa_ufmg2019.pdf Acesso em : 01 mar 2024

MATOS, Solange Cavalcante de. Contribuições das narrativas ancestrais Javaé para os multiletramentos na aldeia Boa Esperança, na perspectiva bilíngue e intercultural. 2023. 285 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2023.

Bibliografia Complementar:

MACEDO, Maria de Lourdes. L.; SANTOS, Jocyleia S. dos As pesquisas em história oral: o percurso metodológico de uma trajetória acadêmica. IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS), v. 28, n. 1, p. 39-47. 2023. www.iosrjournals.org

MC15 - HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO NO BRASIL REPUBLICANO (1910-1988): ENTRE O SPI, A FUNAI E A AUTONOMIA INDÍGENA

Ministrantes:

Vitória Luyza Cardoso Barbosa (UFRJ)

Beatriz dos Santos da Silva (UFRJ)

O minicurso tem como objetivo geral analisar as transformações na política indigenista brasileira entre 1910 e 1988, destacando o regime tutelar, a legislação e as estratégias de ação dos povos indígenas no período republicano. Como objetivos específicos, busca compreender o contexto político e

ideológico que deu origem à política indigenista, analisar as tensões e crises do regime tutelar e discutir a mobilização indígena e a transição para o reconhecimento da autonomia na Constituição de 1988. A metodologia adotada envolve exposição dialogada com apoio de imagens e documentos históricos, análise de fontes primárias como leis, regulamentos, relatos e cartas internacionais de direito, além de dinâmicas de debate e atividades práticas, incluindo estudos de caso e análise documental. Serão utilizados recursos como projetor multimídia, cópias de documentos históricos e acesso a textos legislativos e imagens de época. O público-alvo são graduandos e pós-graduandos em História, Antropologia, Direito e demais interessados em questões indígenas, com carga horária total de 6 horas, distribuídas em três encontros de 2 horas cada. A bibliografia básica inclui CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.; GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, no 39, p. 15-42. Como bibliografia complementar, incluem-se: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017; BANIWA, Gersem Luciano. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. *Revista Tellus*, ano 7, n. 12, p. 127-146, 2007; CUNHA, Manuela Carneiro da. Os Índios na Constituição. *Novos estudos*. São Paulo: CEBRAP, v. 3, n. 3, p. 429-443, set-dez, 2018.; SOUZA LIMA, Sobre a Tutela e Participação: Povos Indígenas e formas de Governo no Brasil, séculos XX/XXI. (p425-437) Nº 21(2). Rio de Janeiro: Revista Mana, 2015.; VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.; VALENTE, Rubens. *Agonia e extinção do Serviço de Proteção aos Índios no regime militar*. Campos, v. 20, n. 2, pp. 37-58, jul./dez. 2019.

MC16 - MULHERES INDÍGENAS E DE COR: A MEMÓRIA COMO MÉTODO DE CUIDADO COLETIVO

Ministrantes:

Maria Clara Fernandes Araújo de Paiva (UFRN)

Franciele Alves dos Santos (UFRN)

O minicurso propõe um espaço coletivo de aprendizagem a partir da escuta e da confluência das corpos, inspirado em ensinamentos de mulheres indígenas e de cor de diferentes territórios da Abya Yala. A partir de práticas de memória ancestral, a atividade aborda a saúde mental como um cuidado que articula corpo-território e bem viver, considerando a interdependência e a solidariedade comunitária como fundamentos da reexistência - reconhecendo que o sofrimento psíquico de mulheres indígenas/racializadas como de cor, resulta de processos históricos de apagamento. Assim, a proposta visa apresentar a fabulação crítica (Hartman, 2020) e a escrevivência (Evaristo, 2020) como ferramentas possíveis para recuperação e fortalecimento de vínculos, permitindo a costura de mundos partidos, a presentificação de saberes arrancados, além da afirmação e retomada da ancestralidade como gesto político e vital. Dessa forma, também pretende promover reconhecimento e valorização das histórias e saberes das mulheres de cor e indígenas, articulando memória-corpo-território-ancestralidade em práticas transformadoras de saúde mental e existência coletiva. Por meio de dinâmicas em círculo, práticas sensoriais e narrativas compartilhadas (*Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo*, 2017), as participantes serão convidadas a experimentar a memória como método de cuidado coletivo, produzindo modos de reexistência e lugares de pertencimento. O minicurso dialoga com perspectivas descolonizadoras, tendo como referências teórico-práticas Silvia Cusicanqui (2024), Lorena Cabnal (2010), Saidiya Hartman (2020) e Conceição Evaristo (2020), e enfatiza a potência da memória, da lembrança e da ação comunitária como caminhos de recuperação emocional, espiritual, cultural e política.

REFERÊNCIAS:

Cabnal, L. (2010). *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR.

<https://porunavidavivible.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf>

Cusicanqui, S. R. (2024). *Um mundo ch'ixi é possível: Ensaio de um presente em crise*. Editora Elefante.

Evaristo, C. (2020). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*.

Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes (Org.). Mina Comunicação e Arte. <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>

Hartman, S. (2020). Vênus em dois atos. Revista Eco-Pós, 23(3), 12-33. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>

Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo (2017). Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Miradas Críticas del Territorio Desde El Feminismo, Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales e Ambientales, Instituto de Estudios Ecologistas Del Tercer Mundo, CLACSO. <https://territorioyfeminismos.org/wp-content/uploads/2017/11/mapeando-el-cuerpo-territorio.pdf>

MC17 - VAMOS OUVIR AS IMAGENS!

Ministrante:

Maria Eduarda Filomeno Affonso (Universidade do Minho - Braga, Portugal)

A partir da ideia de que a palavra mito é uma definição ocidental, o objetivo deste minicurso é apresentar uma outra visão do mito, isto é, enquanto a definição dinâmica da realidade imediata em forma de imagens de um inconsciente coletivo (Jung) da sociedade que é a cultura (Durand) e que se manifesta. A invenção do mito enquanto compreensão da realidade imediata e elaboração do devir (Deleuze) é a proposta prática central do minicurso. As coisas e as palavras (Foucault) sintetizadas em imagens, potencialmente endógenas, que conformam a realidade e com a qual elaboramos futuros. Portanto, a partir de um arquivo de imagens do território e do povo Yanomami, em torno dos Rios Orinoco e Negro, coletadas na internet e dispostas em cartões, e através da combinação das mesmas, apresenta-se uma oficina para elaboração de possibilidades narrativas que dão um novo sentido a essas imagens e que, quando contadas, projetam um plano para o futuro - se não um segurar de céu (Kopenawa), uma imaginação sobre possibilidades diversas de habitar a terra. (Este minicurso foi apresentado em Estocolmo e em Frankfurt em 2024 com o título 'Let's hear the images talk' e tinha como temática os sonhos; outra edição do minicurso aconteceu em Braga durante as II Jornadas do Antigo Próximo Oriente com imagens do Crescente Fértil - Rio Eufrates).

MC18 - AGÊNCIAS INDÍGENAS/CONEXÕES COM OUTROS GRUPOS ÉTNICOS E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS - SÉCULOS XVI AO XXI

Ministrante:

Flávio Joselino Benites (UFMA)

Durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) emergiu como uma instituição de singular importância na história do indigenismo brasileiro. Sua atuação, pautada por uma “presença solidária” e um “estímulo continuado” junto aos povos indígenas, se entrelaça com as mobilizações, lutas e resistências indígenas do século XX desde sua fundação em 1972. Estudar o CIMI vai além da análise de uma instituição ligada à Igreja Católica. É uma oportunidade para entender as agências indígenas, as dinâmicas de contato e conflito com a sociedade nacional, bem como a construção da legislação e das políticas indigenistas pós-1988, cujos efeitos positivos ressoam até hoje. O vasto acervo do CIMI, composto por documentos, relatórios, fotos e vídeos, é uma fonte primária inestimável para pesquisadores da história indígena, dos movimentos sociais, das pastorais católicas e de temas afins. A memória da instituição está preservada em sua documentação física no secretariado nacional em Brasília e nas 11 regionais espalhadas pelo Brasil, além de seu acervo on-line. Apesar do seu valor, há um desconhecimento generalizado sobre a instituição e seu acervo, mesmo entre estudantes de graduação e historiadores. Este minicurso visa preencher essa lacuna, apresentando o CIMI como um campo de investigação histórico-antropológico. Nosso objetivo é incentivar a pesquisa e a produção de conhecimento que valorize as perspectivas e a agência dos povos indígenas a partir da década de 1970. Nesse sentido, levantamos a seguinte questão: como os documentos e a história do CIMI podem ser utilizados como fonte para a pesquisa da história indígena no século XX, superando uma visão historiográfica que posicionou as populações indígenas apenas como objeto e não como sujeitos de suas próprias histórias?

Objetivo geral

Reconhecer o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), por meio de seu acervo documental, como uma fonte de pesquisa valiosa para o estudo da história indígena a partir da segunda metade do século XX.

Objetivos específicos

- Compreender o contexto: Analisar o cenário histórico e político em que o CIMI foi criado, marcado pelo intenso esbulho territorial e pela violência contra os povos indígenas durante a Ditadura Militar.
- Explorar o acervo: Apresentar os diferentes tipos de documentos do CIMI (relatórios, fotos, vídeos etc.) e demonstrar como podem ser utilizados na pesquisa histórica.
- Discutir metodologias: Debater temas e abordagens de pesquisa que podem ser desenvolvidos a partir das fontes do CIMI, valorizando a agência e as perspectivas indígenas.

Metodologia

Aulas expositivas dialogadas, oficinas práticas, estudos de caso, visita virtual guiada ao acervo online do CIMI, seminário de apresentação e debates.

Recursos didáticos

- Recursos audiovisuais e tecnológicos (Projetor e tela, computadores e acesso à internet e caixas de som).
- Materiais físicos e impressos. (Apostilas e guias de análise, cópias ou manuscritos (replicados), quadro branco, canetas para o quadro e apagador).
- Recursos humanos e interativos (Os instrutores/mediadores do minicurso, filmes documentários e outros).

Bibliografia básica

- ANDRADE, Lara Erendira A.; SCHILLACI, Manuela. Memória indígena e indigenista: refletindo sobre o processo de organização, salvaguarda e disponibilização do acervo do Cimi/Nordeste. In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal, 2014. Diálogos antropológicos expandindo fronteiras, 2014.
- BEOZZO, José Oscar. Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia-1959-1965. (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo USP, São Paulo, 2001.
- BETTO, Frei. O que é comunidade eclesial de base? Coleção primeiros passos 19. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BISPOS DA AMÉRICA LATINA. Conclusões de Medellín. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.
- BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BRIGHENTI, Agenor. O método ver-julgar-agir: da Ação Católica à Teologia da Libertação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- BRIGHENTI, Agenor; PASSOS, João Décio (Org.). Compêndio das Conferências dos Bispos da América Latina e Caribe. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2018.
- CARVALHO, Ieda Marques de. O CIMI e sua assessoria aos movimentos indígenas. Tellus (UCDB). Campo Grande - MS, v. 2, n.2, p. 137-151, 2002.
- CIMI. Relatório Geral de Avaliação: contribuições sistematizadas a partir das bases. Brasília: CIMI, 1997.
- COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. Constituições, Decretos, Declarações. 31ª. ed., 6ª reimpressão; Petrópolis: Vozes, 2021.
- CUNHA, Manuela Carneiro. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/SMC/FAPESP, 1992.
- DAVIS, Shelton H. Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- FICO, Carlos. Como eles agiam. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LACERDA, Rosane. Os povos indígenas e a Constituinte 1987-1988. Distrito Federal: CIMI-Conselho Indigenista Missionário, 2008.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. História e memória. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, pp. 535-553.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LÖWY, Michel. Marxismo e Teologia da Libertação. (Coleção polêmicas de nosso tempo; v. 39). São Paulo: Cortez, 1991.

- LUCIANO, Gersem José dos Santos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- MARTINS, Edilson. Nossos índios, nossos mortos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- MATOS, Maria Helena Ortolan. O processo de criação e consolidação do movimento pan-indígena no Brasil. (Dissertação em Antropologia) Universidade de Brasília UnB: Brasília, 1997.
- MELO, Ana de. O Conselho Indigenista Missionário na trajetória dos Movimentos Indígenas no Brasil (1972-1988). (Doutorado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ, 2020.
- MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: História e resistência dos índios. (In.) Adauto Novaes (Org.). A Outra Margem do Ocidente. São Paulo: Companhia Das Letras, 1999.
- MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. 1ª ed. 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.
- OLIVEIRA FILHO, J. P. Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. MANA (UFRJ. IMPRESSO), Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 47-77, 1998.
- PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- PATAXÓ, Nailton. Relatando Utopias: o movimento indígena no Brasil narrado pelos protagonistas. Clovis Antônio Brighenti (Org.), Egon Dionísio Heck (Org.). O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021.
- PREZIA, Benedito. Caminhando na luta e na esperança: retrospectiva dos últimos 60 anos da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do CIMI. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ROUSSEAU, Jean-Yves. Os fundamentos da disciplina arquivística. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006.
- RUFINO, Marcos Pereira. Ide, portanto, mas em silêncio: faces de um indigenismo missionário católico heterodoxo. (Doutorado em Antropologia) Universidade de São Paulo USP, São Paulo, 2002.
- SANTILLI, Márcio. Os direitos indígenas na Constituição brasileira. (In.) RICARDO, Carlos Alberto (Org.). Povos indígenas do Brasil 1987/88/89/90. CEDI, Centro Ecumênico de Documentação e Informação. São Paulo: CEDI, 1991.
- SILVA, Armando Malheiro da., et al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. v. 1. 2. ed. Porto: Afrontamento, 2012.
- SIMÕES, Maria Cecília dos Santos Ribeiro. Identidade e militância no CIMI: um estudo sobre a identidade dos missionários do CIMI-Leste. (Doutorado em Ciência da Religião) Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora-MG, 2010.
- SUESS, Paulo. A causa indígena na caminhada e a proposta do CIMI: 1972-1988. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- TEIXEIRA, Maria do Carmo Sena. Igreja Católica e ação indigenista na Amazônia contemporânea: O CIMI (1972-2000). (Mestrado em História) PPGH Universidade Federal do Amazonas UFAM, Manaus, 2008.
- VIEIRA, Regina. O jornal Porantim e o indígena. São Paulo: Annablume, 2000.
- VILLARES, Luiz Fernando. Direito e Povos indígenas. Curitiba: Juruá, 2013.

Bibliografia complementar

- ALBERIGO, Guiseppe. Breve história do Concílio do Vaticano II: (1959-1965). Aparecida, SP: Editora Santuário, 2006.
- ASCENSO, João Gabriel. "Como uma revoada de pássaros": uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-RJ. Rio de Janeiro: 2021.
- BELLITTO, Christopher M. História dos 21 Concílios da Igreja: de Niceia ao Vaticano II. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2016.
- BICALHO, Poliane Soares dos Santos. Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1972-2009). (Doutorado em História) Universidade de Brasília-UnB. Brasília-DF: 2010.
- FICO, Carlos. História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2022.
- KLOPPENBURG, B. Introdução Geral. COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. Constituições, Decretos, Declarações. 31ª. ed., 6ª reimpressão; Petrópolis: Vozes, 2021.

LOPES, Danielle Bastos. O movimento indígena na Assembleia Nacional Constituinte (1984-1988). (Dissertação em História) Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 2011.

NASCIMENTO, Rita Gomes do; POTYGUARA, Rita. O ensino da história e cultura indígenas: uma questão de direito. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha. Ensino da temática indígena e educação para as relações étnico-raciais. [recurso digital] Maceió: Editora Olyver, 2021, p. 13-31.

OLIVEIRA, Amanda Gabriela Rocha. Povos indígenas e ditadura: a luta Kaingang no RS. Curitiba: Appris, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Maria Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VERDUM, Ricardo. Momento ruptura e o protagonismo indígena nas políticas institucionais. In: VERDUM, Ricardo; PAULA, Luís Roberto de. SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (org.). Participação política nas eleições. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 155-172.

MC19 - EDUCAÇÃO ESCOLAR E SUPERIOR INDÍGENA NO BRASIL: PESQUISAS, VIVÊNCIAS E PERSPECTIVAS INTERCULTURAIS

Ministrantes:

Maria Cleonice de Souza Vergne (UNEB)

Manuella Maria Vergne Cardoso (UNEB)

O minicurso tem como objetivo geral promover reflexões críticas e compartilhar experiências sobre a Educação Escolar Indígena e a Educação Superior Indígena no Brasil, articulando pesquisas acadêmicas e vivências comunitárias, a partir de uma perspectiva intercultural e decolonial. Objetivos específicos: (1) contextualizar historicamente a luta dos povos indígenas pelo direito à educação específica e diferenciada; (2) promover o diálogo entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais; (3) incentivar a produção de novos projetos e ações voltados para a educação indígena; metodologia: exposições dialogadas, estudos de caso, relatos de experiências e rodas de conversa, com participação ativa dos/as cursistas e construção coletiva do conhecimento; recursos didáticos: apresentações em PowerPoint, textos acadêmicos, vídeos documentais, materiais gráficos e dinâmicas de grupo; bibliografia básica: BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena no Brasil: caminhos e desafios. Brasília: MEC/SECAD, 2006; SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs.). A temática indígena na escola. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 2004; bibliografia complementar: MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro. São Paulo: Paulinas, 2012; CANDAU, Vera Maria (org.). Interculturalidade, educação e sociedade. Petrópolis: Vozes, 2016. Contribuição esperada: valorização das identidades e práticas pedagógicas indígenas, fortalecimento do protagonismo dos povos originários nos espaços educacionais e ampliação do debate sobre políticas públicas para o ensino indígena em todos os níveis.

MC20 - INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA INDÍGENA

Ministrantes:

Paula Rasia Lira (USP)

Danilo Silva Guimarães (USP)

A Psicologia Indígena é um movimento intelectual mundial em resposta à colonização e hegemonia da psicologia ocidental, voltado às necessidades das comunidades indígenas de resolverem seus problemas locais por meio de práticas e aplicações coerentes com seus modos de vida. No presente minicurso, temos como objetivo geral apresentar as noções de cuidado para a saúde e bem-viver cultivadas na Rede de Atenção à Pessoa Indígena, serviço vinculado ao Instituto de Psicologia da USP. Os objetivos específicos desdobram reflexões no campo da ética, ontologia e epistemologia, chegando às seguintes proposições: 1) O cuidado envolve a produção de relações em que o consentimento recíproco esteja assegurado, é a base para a construção de conhecimento e para as práticas de

Psicologia Indígena. 2) A saúde diz respeito a um modo de viver que assegura a integridade dos seres e depende de uma atenção permanente e pulsante daquilo que vem como necessidade de coordenação coletiva. 3) O bem-viver implica compromissos pessoais e coletivos com os demais seres com os quais coexistimos na territorialidade e temporalidades dos encontros. Utilizaremos uma metodologia indígena de produção de rodas de conversa (nhemboaty), exposição de informações com uso de material para projeção e discussão de produção audiovisual. Bibliografia básica: Silva Guimarães (2022) <https://doi.org/10.1590/1982-3703003263587>. Bibliografia complementar: Resende, B., Tchaka, M., Gonçalves, L. P., Lira, P. R., Moretti, C. M., & Guimarães, D. S. (2023). Kyringué nhemboe nhevãnga rêgua: aprendendo e ensinando a brincar com outras crianças. Práticas críticas em psicologia escolar e educacional: experiências vividas no chão da escola e suas complexidades. Pimenta Cultural.

MC21 - HISTÓRIA(S) INDÍGENA(S) NA AMAZÔNIA: SERINGAIS, INVASÕES TERRITORIAIS E LUTAS NO SÉCULO XX – ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Ministrante:
Roseline Mezacasa (UNIR)

O minicurso propõe uma reflexão crítica sobre o processo histórico de expansão dos seringais na Amazônia e seus impactos sobre os povos indígenas, com ênfase nas experiências de pesquisa no atual estado de Rondônia. O objetivo geral será apresentar e discutir, a partir da perspectiva da História Indígena, os processos históricos que marcaram a Amazônia no século XX, com ênfase na atuação dos povos indígenas frente à expansão dos seringais, às invasões territoriais e às formas de resistência e luta, articulando narrativas orais, fontes documentais e contextos sociopolíticos. Os objetivos específicos serão: Analisar o contexto histórico de expansão dos seringais na Amazônia, com foco nas invasões e reconfigurações territoriais enfrentadas pelos povos indígenas na Amazônia; Discutir as relações entre o ciclo da borracha, o trabalho forçado, o deslocamento de comunidades e a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI); Valorizar as narrativas orais e memórias indígenas como fontes históricas centrais na construção da História Indígena; Serão discutidas fontes documentais, narrativas orais e produções historiográficas que revelam tanto os silenciamentos quanto o protagonismo indígena. A metodologia que será utilizada prioriza metodologias participativas e dialógicas. As atividades incluirão exposições temáticas, análise coletiva de fontes, partilha de experiências de pesquisa e exercícios de escuta de narrativas orais, criando um ambiente de construção coletiva do conhecimento histórico.

MC22 - A EXPERIÊNCIA DA VILA DE “ÍNDIOS” DE VINHAIS ENQUANTO ESPAÇO DE SUBORDINAÇÃO COLONIAL E INDÍGENA (1757-1800)

Ministrante:
Francisco Alves de Sousa Neto (UFMA)

A proposta desse minicurso visa discutir o processo de interiorização da colônia portuguesa na América, que levou a disputa de vastos territórios que iam além dos limites definidos pelos marcos iniciais. O reinado de D. José I (1750-1777) transformou as relações entre indígenas e sociedade colonial executando mudanças no processo de governança dos indígenas, criando leis sobre seus direitos e deveres. Como alternativa de desenvolver um projeto civilizacional para Região Norte, o rei tinha nas populações indígenas o contingente necessário para executar tal empreendimento. A vila de “Índios” de Vinhais foi constituída em 1757, como um espaço indígena no mundo colonial, mas não exclusivamente indígena, de experiências econômicas, políticas e sociais. Para tanto, o sucesso da empresa colonial e do alcance das regulamentações que vinham da cabeça do império pluricontinental lusitano passava necessariamente pelo êxito do autogoverno das pequenas unidades administrativas como as vilas e lugares de índios. Sobretudo, em se tratando de potenciais núcleos de produção colonial e de arregimentação de mão de obra, como era a vila de índios de Vinhais. Muitos municípios brasileiros se originaram de vilas de índios erguidas durante o consulado pombalino, não foi o caso da vila de índios de Vinhais que em 1836 teve seu território incorporado à cidade de São Luís.

Objetivo Geral: Buscar indícios que permitam uma melhor compreensão histórica acerca da ocupação dos espaços urbanos de São Luís do Maranhão por indígenas na longa duração.

Objetivos específicos: • Problematicar a aplicação do Diretório dos Índios enquanto lei indigenista durante a segunda metade do século XVIII • Analisar o processo de formação de grupos que controlavam as decisões administrativas, políticas e econômicas na vila de índios de Vinhais.

Metodologia: O cerne dessa pesquisa é a documentação camarária presente no Livro de Atas e Acordão da Câmara de Vinhais (1757-1814), esse livro contém vasta documentação: termos de vereação, autos de tomada, bandos, aforamentos, ofícios externos etc. Contudo, apesar de o Livro de Vinhais continuar a ser o principal instrumento de pesquisa, existe a necessidade de aumentar a abrangência de nossas buscas em outros espaços de poder atrás dos indícios para nossas reflexões históricas. Ainda no acervo do APEM-MA se encontra o Livro de Registro do alistamento das Ordenanças de São Luís. (1759 – 1829), o Livro de Registro das Correspondências da junta governativa com as autoridades locais, do Piauí, da Corte e lugares fora destas Capitânias e o Livro de Registro de Assentos, Despachos e Sentenças que se determinaram em cada junta das Missões na cidade de São Luís do Maranhão (1738 1816). Os documentos citados trazem informações oficiais que não foram escritas com a finalidade de expor a história dos povos indígenas. Foram produzidos pelas mãos de administradores coloniais e de religiosos em momentos diferentes. A forma como foram registradas a maior parte desses documentos invisibilizam as ações das populações indígenas. Porém, os vestígios e os rastros deixados por essa documentação, ao contrário da lógica desses discursos, possibilitam ao historiador encontrar ações, criações e apropriações que os índios construíram em espaços que, a princípio, denotam apenas o exercício do controle e do poder.

Recurso Didático: Datashow.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial: 1500-1800. 7ª ed. SP: Publifolha, 2000.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. História Administrativa e Econômica do Brasil. FENAME: Rio de Janeiro, 1970.
- ALMEIDA, Adroaldo José Silva. Parecer Histórico sobre a Vila dos Vinhais, Igreja de São João Batista dos Vinhais e entorno. 2014.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro/Manaus: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008. p.42.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os Índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Aldeias Indígenas no Rio de Janeiro Colonial: espaços de ressocialização e de reconstrução identitária e cultural. Fronteiras e Debates, v. 2, p. 119-147, 2015.
- ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. De cablocos a bem-te-vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850 / Mathias Röhrig Assunção. – São Paulo: Annablume. p. 204. 2015
- ARRAES, Esdras. As vilas de índios dos sertões do Norte: desenho, território e reforma urbana no século XVIII. Revista Antíteses, v. 11, p. 2011.
- AZEVEDO, José Lúcio de. O Marquês de Pombal e sua época. Anuario do Brasil, Seara Nova, Renascença Portuguesa: Rio de Janeiro, Lisboa, Porto, 1922, p. 142.
- BICALHO, Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de História. nº 36, vol. XVIII, 1998.
- BOXER, Charles R.; O Império colonial português (1415-1825); Ed. Companhia das Letras, SP. 2002.
- BOXER, Charles. Conselheiros municipais e irmãos de caridade. O Império Marítimo Português. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRITO, João Rodrigues de. A Economia Brasileira no Alvorecer do Século XIX. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1923.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (dir.). História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico. Tomo II. Vol. I. 3ª ed. SP: Difusão Européia do Livro, 1970.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Caminhos do Gado; Conquista e Ocupação do sul do Maranhão. São Luís, SECMA, 1992.
- CAETANO, Marcelo. As Reformas Pombalinas e Post-Pombalinas Respeitantes ao Ultramar. O novo espírito em que são concebidas. In: BAIÃO, Antonio (dir.). História da Expansão Portuguesa no Mundo. Vol. III. Lisboa: Editorial Ática, 1940.

- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma história indígena. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 9-24. 1992.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia colonial (XVII). Outros Tempos (Online), v. 10, p. 79-89, 2013.
- CHAMBOULEYRON, Rafael; CARDOSO, Alírio. Economia da Amazônia colonial: um balanço historiográfico. In: PESAVENTO, Fábio; LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira (Orgs.). História econômica do Brasil: colônia. Niterói: EdUFF, São Paulo: Hucitec, 2022, p. 21-48.
- COELHO, Elizabeth Maria Bezerra. A Política Indigenista no Maranhão Provincial. São Luís: SIOGE, 1990.
- COELHO, Mauro Cezar. Do Sertão para o Mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, o caso do Diretório dos Índios (1751 – 1758). São Paulo: Tese de Doutorado, 2005.
- COSTA, João Paulo Peixoto. Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845). Teresina: EDUFPI, 2018.
- CUNHA, E. M. C. O Diretório dos Índios como projeto de civilização portuguesa para os sertões pernambucanos. Revista Latino-Americana de História / RLAH, São Leopoldo, p. 85 - 116, 01 ago. 2014.
- DIAS, Camila Loureiro; BOMBARDI, F. A.; COSTA, E. Dimensão da população indígena incorporada ao Estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1680 e 1750: uma ordem de grandeza. Revista de História (USP), v. 179, p. 1-40, 2020.
- DOMINGUES, Ângela. Quando os Índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- DORNELLES, Soraia Sales. Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas: um olhar sobre as vilas de índios do Maranhão. Sæculum – Revista de História, v. 26, n. 44, p. 308-327, 2021.
- _____, Soraia Sales. Morar e governar na Vila de Índios de Viana: Diretório Pombalino na Amazônia (1757-1798). Fronteras De La Historia, 2023, p.11. No prelo.
- FALCON, Francisco José C. A época pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada). 2ª. ed., São Paulo: Ática, 1993.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro. 10ª ed. SP: Globo/Publifolha, 2000.
- FARAGE, N. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. 1a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra / ANPOCS, v. 1. 197p. 1991.
- FONSECA, André Augusto. Reformismo Ilustrado na Amazônia Portuguesa: constrangimentos econômicos, ambientais e tecnológicos (1755-1799). In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E XI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2013, Juiz de Fora. X CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E XI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2013.
- GARCIA, E. F. As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. 345 p.
- GINZBURG, Carlo. Relações de força: história, retórica, prova. Tradução de Jonas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GRUZINSKI, Serge. O pensamento mestiço. Tradução Rosa Freyre d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. A colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HESPAHNA, António Manuel. Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal (século XVII). Coimbra: Almedina, 1994.
- LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. Estatística Histórica-Geográfica da província do Maranhão oferecida ao Soberano Congresso das Cortes Geraes, extraordinarias e constituintes da monarchia portugueza. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1822.
- LIMA, Carlos de. História do Maranhão. Brasília: Senado Federal, 224 p, 1981.
- LOUREIRO, Maria Rosalina Bulcão. Criando Laços e Reinventando Famílias: Adaptações e Estratégias Indígenas na Capitania do Maranhão no Século XVIII. FACES DA HISTÓRIA, v. 7, p. 50-74, 2020.
- MACHADO, André Roberto de Arruda. O eclipse do Principal: apontamentos sobre as mudanças de hierarquias entre os indígenas do Grão-Pará e os impactos no controle da sua mão de obra (décadas de 1820 e 1830). TOPOI (ONLINE): REVISTA DE HISTORIA, v. 18, p. 166-195, 2017.
- MAIA, Lício de Oliveira. Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial (Século XVIII). p. 405, 2010.

- MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal Paradoxo do Iluminismo. São Paulo: Paz e Terra, 1996
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de (Org.). A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. 2ª ed. Brasília: Edições Senado Federal, 2005. Tomo I.
- MELO, Vinícius Zuniga. Os diretores de povoações: serviço e transgressões no Grão Pará do Diretório dos Índios (1757-1798). Belo Horizonte: Caravana, 2022.
- MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. Ordens religiosas e transgressão no Maranhão colonial. Tempo, Niterói, v. 18, n. 32, p. 115-136, 2012. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-77042012000100006>. Acesso em 24 abril 2020.
- MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.
- _____. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Livre-docência em Etnologia, Departamento de Antropologia da Unicamp. Campinas, 2001.
- _____. "Unidade, Diversidade e a Invenção dos Índios: entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen". Revista de História, nº 149, 2003, p. 109-137.
- _____. "Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo". In: PORTA, P (org.). História da Cidade de São Paulo. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.63.
- _____. O Escravo Índio, Esse Desconhecido. In: Luís Donisete Benzi Grupioni. (Org.). Índios no Brasil. 1ed. São Paulo: Secretaria da Cultura, v., p. 105- 120, 1992.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535- 1822. São Paulo: Ed. Humanitas, 2019.
- _____. A serviço do Império e da nação: trabalho indígena e fronteiras étnicas no Espírito Santo (1822-1860). Anos 90 (UFRGS. Impresso), v. 17, p. 13-54, 2010.
- _____. "Autogoverno e economia moral dos índios: liberdade, territorialidade e trabalho (espírito santo, 1798-1845)". Revista de História, São Paulo, n. 166, p. 223-243, jan./jun. 2012.
- _____. Povos indígenas e novas experiências urbanas na América portuguesa: reformismo pombalino, participação político e pesquisa em rede colaborativa. ESPAÇO AMERÍNDIO (UFRGS), v. 17, p. 235-269, 2023.
- MOTA, Antônia da Silva. As Famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial. EDUFMA. p. 54,120. 2012.
- MOTA, Antônia da Silva. Vinhais Velho: uma história marcada pela resistência. In: V Encontro Estadual de História ANPUH/MA - Em tempos de 400 anos: comemorações, esquecimentos e contradições, 2012, São Luís. V Encontro Estadual de História - ANPUH/MA - Em tempos de 400 anos: comemorações, esquecimentos e contradições. p. 01-08, 2012.
- NETO, Margarida Sobral. Formas de acesso à posse da terra e à fruição de rendimentos fundiários em Portugal na Época Moderna: o caso da enfiteuse.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. "Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". MANA 4 (1): 47-77, 1998.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação Indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, M. Carneiro da. História Dos Índios no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.115-132.
- RODRIGUES, Lisbeth Aforamento. In e-Dicionário da Terra e da Propriedade no Império Português. Disponível em <https://edittip.net/>. Acesso em 27 de julho de 2023.
- ROCHA, Rafael Ale. Os oficiais índios na Amazônia Pombalina: Sociedade, Hierarquia e Resistência (1751-1798). Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.
- RUSSEL-WOOD. A. J. R. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. Revista de História, ano XXVIII, v. LV, p. 25-79, 1977.
- SALGADO, Graça. Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 132-133. 1985.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia, Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.
- SOUSA, Octávio Tarquínio, Coleção documentos brasileiros, vol. 19, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1939. Trato de limites das conquistas entre os muito altos e poderosos senhores d. João V, Rei de Portugal, e d. Fernando VI, rei de Espanha, assinado em 13 de janeiro de 1750, em Madrid, e ratificado em Lisboa a 26 do dito mês, e em Madrid a 8 de fevereiro do mesmo ano.

SOUSA NETO, Francisco Alves. A vila de índios de Vinhais e a produção de arroz: trabalho e protagonismo indígena na Capitania do Maranhão (1770-1780). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Departamento de História, UFMA, São Luís, 2020.

SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. Afro-Ásia (UFBA. Impresso), v. 48, p. 173-211, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão, 1612-1895. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

MC23 - CON UN PIE EN EL PASADO Y OTRO EN EL FUTURO, HISTORIA Y ACCIÓN POLÍTICA CON LAS COMUNIDADES DE LA PUNA JUJEÑA (ARGENTINA 1790-2023)

Ministrante:

Gabriela Gresores (Universidad Nacional de Jujuy, Argentina)

Partimos de preguntarnos ¿la Historia es solo una pasión estética? ¿o tiene implicancias políticas en el presente de cara a incidir en futuros más deseables? Y a la vez ¿se puede hacer una historia sin enlazarnos en acciones conjuntas con las comunidades actuales? Este minicurso propone compartir experiencias sobre cómo articulamos investigaciones históricas sobre el siglo XIX con la acción política con las comunidades actuales en un sentido amplio. Si bien la interacción con las comunidades es una práctica habitual entre los antropólogos, incluso los que hacen estudios de antropología retrospectiva, es mucho menos frecuente entre los historiadores, que concentran su tarea en los archivos. Plantearemos que específicamente para el desarrollo de la Historia también requiere un trabajo de reflexión y coherencia entre los puntos de partida y los abordajes teóricos y metodológicos, particularmente si se tiene en cuenta la complejidad de la temática indígena americana, la omnipresencia de aspectos silenciados dentro de relatos con una gran penetración y difusión social, su importancia política, sus dificultades y las grandes posibilidades que permite esta tarea, no solo para el conocimiento de los indios americanos, sino fundamentalmente para el del conjunto de la sociedad. Así como también construir, a partir del intercambio, una sistematización de las formas de articulación de la teoría, la metodología y la ideología, en la praxis. La metodología del curso será en función de exposiciones breves de las experiencias que llevamos adelante en Jujuy, y el intercambio con los participantes. Se utilizarán pequeños videos, grabaciones y power point.

Bibliografía básica

Gresores, Gabriela "Organización y programa político de los "gauchos" de Jujuy a fines de la Guerra de Independencia"

http://investigaciones.uniatlantico.edu.co/revistas/index.php/Historia_Caribe/article/view/2432

Gresores, Gabriela y equipo "Polifonías del Tercer Malón de la Paz" ponencia presentada en XIV Jornadas Regionales de Investigación en Humanidades y Ciencias Sociales. Jujuy Octubre 2023.

Bibliografía complementaria

Escarzaga, Fabiola. La comunidad Indígena

insurgente. <https://repositorio.xoc.uam.mx/jspui/handle/123456789/2946>

Escolar, Diego y Rodríguez Lorena Comp. Más allá de la extinción identidades indígenas en la Argentina Criolla Siglos XVIII-XX. SB Editorial. Buenos Aires. 2019.

MC24 - COSMOVISÕES E SABERES ANCESTRAIS: UMA ABORDAGEM INTEGRADA AS METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA E.E. INDÍGENA

Ministrante:

Késsia Virgínia dos Santos Lima (UNEB)

Estudos apontam que a relação entre as cosmovisões e os saberes ancestrais como fundamentos promotores ativos de ensino-aprendizagem é um tema que oferece perspectivas valiosas sobre a relação do ser humano com o mundo. O reconhecimento pleno das epistemologias indígenas para uma sociedade mais justa e sustentável promove uma educação mais inclusiva e transformadora. Assim, este minicurso tem como objetivo central analisar as metodologias ativas de ensino articulando com as cosmovisões e saberes milenares para o contexto das escolas indígenas. Especificamente, vamos abordar e refletir as bases teórico-metodológicas da Pedagogia da Problemática; discutir na perspectiva multi/intercultural os principais desafios e potencialidades da Educação Escolar Indígena, do/no Campo e da Pedagogia da Alternância e por fim vamos exercitar coletiva e preliminarmente a prática sobre soluções sustentáveis e contextualizadas para os problemas socioambientais específicos de cada realidade local. A metodologia consistirá em três etapas que incluirá no eixo dialógico os principais teóricos indígenas e não indígenas que tratam da educação intercultural, popular, problematizadora e das metodologias ativas de ensino. No segundo momento será realizado um diagnóstico socioambiental prévio dos Territórios Indígenas evidenciando, a partir de suas especificidades, os principais problemas e soluções propositivas. É importante ressaltar que para a efetivação dessa atividade será adotada a técnica cPcS (causa, problema, consequência e solução). Na última etapa haverá a socialização coletiva sobre os problemas e estratégias para mitigação dos impactos evidenciados no Diagnóstico Socioambiental. Os recursos didáticos incluirão materiais audiovisuais e textos impressos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M.A. Prática Pedagógica Em História Pedagogia Intercultural. 2021.
- BANIWA, Gersem. Gersem dos Santos Luciano. Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real. Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social– Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2011.
- BANIWA, Gersem. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. 2014.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão (Org.). Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____. M. S. A didática na perspectiva multi/intercultural em ação: construindo uma proposta. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 731-758, set./dez. 2007.
- _____. KOFF, A. M. N. S. Conversas com... Sobre a didática e a perspectiva multi/intercultural. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 95, p. 471-493, maio/ago. 2006.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ano de publicação e edição.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo: Cortez Editora, 1993.
- FREIRE, Paulo e Faundez, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. Editora: Paz e Terra, 2012. ISBN: 9788577531868.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- JECUPÉ, Kaká Werá. A terra dos mil povos: a história indígena do Brasil contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.
- KAMBEBA, Márcia Wayna. Saberes da Floresta. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. TAURUS, 2024.
- KRENAK, Ailton. A Potência do Sujeito Coletivo. [Entrevista concedida a Jailson de Souza e Silva]. [Parte I]. Revista Periferias, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, mai. 2018. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-i/>. Acesso em: 12 dez. 2022.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução de Ângela Lopes Norte. Cadernos de Letras da UFF, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.
- MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.

TAPIRAPÉ, Gilson Ipaxi"Awyga. TAKÁRA: Centro Epistemológico e Sistema de Comunicação Cósmica para a vitalidade cultural do mundo Apyãwa. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, 2020. VEIGA, Juracilda; SALANOVA Andrés (Orgs.). Questões de educação escolar indígena: Da formação do professor ao projeto de escola. Brasília: FUNAI/DEDOC, YAMAZAKI, R.M; SANGALLI, A [Orgs.]. Educação e Territorialidade: diálogos interculturais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, P.A. et al. Práticas pedagógicas na educação básica do Brasil: o que evidenciam as pesquisas em educação. Ministério da Educação (MEC) e a Fundação Carlos Chagas (FCC). 2021
TEIXEIRA, A.M et al. Metodologia da Problemática com o Arco de Magueres como Ferramenta no Ensino Superior: Percepções de Acadêmicos, 2020.
SILVA, Alexandre Leite dos Santos. Educação do campo para convivência com o semiárido: contribuições dos cursos de licenciatura em educação do campo./ Alexandre Leite dos SantosSilva, Emerson dos Santos Reis. – 2024.
<https://sites.google.com/unesp.br/coletivopaulofreire/acervo-paulo-freire/obras-de-paulo-freire> <https://www.adufpb.org.br/site/videos-programa-paulo-freire-vivo/>

MC25 - TEMPO HISTÓRICO E ANTROPOCENO: SABERES INDÍGENAS COMO RESISTÊNCIA ANCESTRAL

Ministrante:

Márcio Macedo Moreira (UFPB)

O minicurso propõe abordar o que se denomina Antropoceno – período caracterizado pela ação humana como força determinante na modelagem da Terra e no processo metabólico de exploração da natureza e suas consequências. A centralidade da visão mercantilista-consumista na separação entre sociedade e natureza impactou profundamente a perspectiva temporal moderna, cuja linearidade nos projeta para um futuro incerto de vida na Terra, em nome do progresso. Os saberes indígenas, em especial suas percepções temporais, oferecem contribuições fundamentais para um posicionamento ético, político e existencial diante de toda a vida terrestre. Nosso objetivo é analisar os discursos e os engajamentos dos povos originários em defesa de um “novo” tempo histórico, no qual a ancestralidade constitui a base epistêmica da possibilidade de existência futura de humanos, plantas e animais. Além disso, buscamos evidenciar a sensibilidade e a comunhão com a natureza como fonte de conhecimentos e experiências edificantes, voltadas a uma vivência ética e saudável. Propomos, por meio de uma abordagem dialógica, a partilha de saberes e a difusão das culturas históricas indígenas, compreendidas como vias possíveis de transformação das relações sociais e naturais. Como metodologia didática, utilizaremos sons, imagens e textos que expressem a sensibilidade temporal indígena. Os recursos didáticos incluirão datashow, caixa de som e textos impressos, personalizados de acordo com a temática. Os principais pensadores que orientarão nossa reflexão serão Davi Kopenawa (2015), Ailton Krenak (2020; 2022), Márcia Kambeba (2020) e Eliane Potiguara (2022).

MC26 - ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA E INTERCULTURALIDADE: PERSPECTIVAS DECOLONIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ministrante:

Yohan Gabriel Pontes Ferreira Brito (UEPB)

Este minicurso tem como objetivo promover uma reflexão crítica sobre o ensino de história e cultura indígena na educação básica brasileira, com base na Lei nº 11.645/2008. A partir de uma abordagem interdisciplinar e fundamentada em referenciais teóricos da interculturalidade crítica e da decolonialidade, serão discutidos os desafios históricos, políticos e pedagógicos da implementação da legislação, bem como estratégias para a valorização dos saberes indígenas no ambiente escolar. O curso abordará a marginalização histórica dos povos originários, os impactos do eurocentrismo nos currículos escolares, e a importância da justiça epistêmica na construção de práticas educativas inclusivas e transformadoras. Serão exploradas metodologias que favoreçam o protagonismo indígena,

o letramento racial e a articulação entre conhecimentos tradicionais e conteúdos formais, visando contribuir para a formação docente comprometida com a diversidade cultural e a equidade.

Objetivos Específicos:

Compreender os fundamentos legais e históricos do ensino de história indígena no Brasil.
Analisar criticamente os conceitos de interculturalidade e colonialidade do poder.
Identificar os principais desafios na aplicação da Lei nº 11.645/2008.
Propor práticas pedagógicas decoloniais que valorizem os saberes indígenas.

Conteúdos Programáticos:

A invisibilização histórica dos povos indígenas e seus reflexos na educação.
A Lei nº 11.645/2008 e o marco legal da educação intercultural.
Interculturalidade crítica e educação decolonial: fundamentos teóricos.
Colonialidade do poder e eurocentrismo nos currículos escolares.
Educação escolar indígena: pedagogias tradicionais e articulação com a escola formal.
Propostas metodológicas para o ensino de história indígena na prática docente.

MC27 - “MIRA-SÁ IAUARETÊ” - COSMOLOGIAS AMAZÔNICAS NO MITO DA GENTEONÇA, GENTE-PEIXE E COBRA GRANDE

Ministrantes:

Marina Rodrigues Miranda (UFES)
Carlos Guedelha (UFAM)

O minicurso tem como objetivo amplo refletir em roda de estudo um trajeto antropológico e literário nas propagações de conhecimentos mitológicos, refletindo sentimentos estéticos e imaginários das tradições orais dos povos indígenas amazônicos mediados por obras de autores da literatura e pesquisadores vinculados ao estudo das epistemologias de mito vivo perspectivadas por mitos da criação e transformação propagadas nas oralidades míticas de alguns povos Amazônicos. **Objetivos Específicos:** conhecer os mitos de origem: da Gente-Onça, no universo dos povos Karitiana e Asurini, em viagens imaginárias à casa das onças; aprofundar o campo conceitual de cosmo vivo, com nas obras “Meu tio, o Iauaretê” (Guimarães Rosa, 1967), “Meu destino é ser Onça” (Alberto Mussa, 2009) e “O som do rugido da onça” (Micheline Verunschik, 2021). Na referência da Gente-Peixe a tradição do povo Xikrin, monolíngue, Mebengokrê, refletido no mito de criação de origem no “buraco d’água”, no universo mítico do povo Tukano e Tuyuka, no alto Rio Tiquié, em suas identidades peixenses, no viés literário do amazônida, Zemaria Pinto na obra “A cidade perdida dos meninos peixe” (2020). No mito da boiúna amazônica, a origem do povo Dessana, que trafegam os rios em suas Cobra-Canoa com a imersão nos estudos de Marilina C. Serra Pinto; compor na via epistemológica experiências de pensamentos, compreendendo as culturas em outras concepções e sentidos, em relação a estes povos que resguardam tradições, partilhadas por obras estéticas vinculadas a materialidade deste processo formativo em seus elementos míticos ficcionais. **Metodologia:** Etnometodologias a partir de Experiências sensíveis com usos de dispositivos estéticos (terra, fotografias, obras de artes indígenas, livros em diferentes formatos) Como propagação coletiva: construir artefatos mitológicos como processo de retomada ancestral com o coletivo de participantes.

Referências:

ANDRELLO, Geraldo. Iauaretê, Cachoeira da onça. In: RICARDO, Beto. RICARDO, F. (Org.). Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005. 1ª ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 244-248.
CABALZAR, Aloisio. Peixe gente no alto Rio Tiquié: Conhecimentos Tukanos e Tuyuka. São Paulo, Instituto Sócio Ambiental, 2005.
CASTRO, Eduardo Viveiro, Metafísicas Canibais. Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu Editora, n-i edições, 2018.
CASTRO, Eduardo Viveiro, Metafísicas Canibais. Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu Editora, n-i edições, 2018.
KOPENAWA, David. ALBERT, Bruce. A queda do Céu: palavras de um xamã Yanomami; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiro de Castro – 1ª ed – São Paulo; Companhia das Letras, 2015.

KRUGER, Marcos Frederico. Amazônia: Mito e Literatura. Manaus: Editora Valer, 2011. MICHELINY, Verunschck, 1º ed - São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MIRANDA, R.; LEÃO, C. R; M MOURA, de S. M; Narrativas do Casco: Memórias de Infâncias do povo da água grande do rio Guajará. Comunidade De Saberes, Meio Ambiente E Práxis Pedagógica: Uma Relação Epistêmica. Bahia, Editora: Fontes, 2022.

MIRANDA, Marina R. LEÃO, Rafaella Capella. Filhos de peixe: identidades da educação indígena do povo Xikrin do Rio Bacajá. 2023. GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais. Anais da 41ª Reunião Científica da ANPEd. Manaus, Outubro de 2023.

MIRANDA, Marina R; FOERSTE, Gerda Margit Schutz; LEÃO, Rafaella Capela. Mira-sá lauaretê: Mitologias Indígenas como contributo pluriepistêmico nas Educações de infâncias. In: GOÊS, Margarette Sacht. (Inter) conexões da arte contemporânea com crianças e formação de professoras/es. Vitória, ES, Digital, Proex, 2024

SMITH, Linda Tuhiwai. Descolonizando metodologias, pesquisas e povos indígenas; Tradução Roberto G. Barbosa. - Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

SOUZA, José Otávio Catafesto de; Reconhecimento Oficial da Autonomia e da Sabedoria dos Agentes Originários e Reorientação do Projeto (Inter)Nacional Brasileiro. In: STIGGER, Verônica, CASTRO, Eduardo Viveiro de. Onde a onça bebe água, 1º ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2023.

MC28 - LITERATURA, ETNOTECNOLOGIAS INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS

Ministrantes:

Thelma Lima da Cunha Ramos (IFBA)

Catarina Janira Padilha (Parfor Equidade/Insikiran/UFRR)

O objetivo deste minicurso é construir o diálogo entre a Literatura e Etnotecnologias Digitais dos Povos Indígenas como garantia de educação em Direitos Humanos, envolvendo o direito à liberdade de opinião e de expressão e o direito à educação diferenciada, intercultural, bilíngue e comunitária. Os objetivos específicos buscam: Identificar os saberes ancestrais dos Povos Indígenas na perspectiva da educação Ambiental na cibercultura, como as redes sociais; e Construir o diálogo entre a literatura e o uso das etnotecnologias visando o reconhecimento do direito humano à educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária. O percurso metodológico será direcionado a partir do uso de materiais de fotografias, documentários e as redes digitais na internet, como ferramentas de reorganização de práticas educativas que valorizem as narrativas, memórias e a diversidade étnico-cultural na educação ambiental de base comunitária numa perspectiva da metodologia freireana a partir do diálogo como princípio educativo e a problematização para criação de um tema gerador com um material didático. Os recursos didáticos serão ferramentas tecnológicas digitais, como multimídias para a abordagem da literatura indígena com enfoque na cultura do Povo Indígena Sateré-Mawé da Amazônia Brasileira, tendo como referência a narrativa do Ritual de Passagem da Menina-Moça Sateré-Mawé "Piã Hewi Ta'a" com a mediação das TDICs.

Bibliografia básica:

Sateré Mawé - Povos Indígenas no Brasil - Disponível em: <https://pib.socioambiental.org> ›

Povo:Sateré_Mawé

Museu da Pessoa: O Sateré Escritor - Disponível em: História de vida - Formas Narrativas do Povo

Sateré-Mawé - Disponível em: UM ESTUDO SOBRE O LIVRO SAGRADO

"SEHAYPÓRI" <https://periodicos.ufac.br> › mui › article › download Josias Sateré; Renan Albuquerque;

Jalna Gordiano. Disponível em: (13) Os Sateré-Mawé e o Teatro dos Clãs

MC29 - LETRAMENTO INDÍGENA: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ATRAVÉS DO CANTO, DANÇA, MÚSICA, NUMA AÇÃO ANTIRRACISTA

Ministrantes:

Valeria Marques Batista (UFRJ)

Fabiana Lopes Saquiray (UFAM)

O minicurso propõe um formato dinâmico e envolvente e tem como objetivo principal promover o letramento indígena de forma vivencial e antirracista, utilizando o canto, a dança e a música como ferramentas de aprendizado e valorização cultural e que cada um encontre sua forma de expressar o letramento indígena e se torne um agente multiplicador de respeito e valorização cultural. A atividade permite uma imersão nos temas em diálogo com a Lei 11.645/08 desconstruindo estereótipos, e combatendo o racismo indígena. O minicurso será conduzido no formato de diálogo, oficina e atividades práticas. Exploraremos cantos tradicionais indígenas, desmistificando que não são apenas “músicas”. Discutiremos o papel do canto como narrativa, registro histórico e forma de se comunicar com a natureza, com a ancestralidade e com o sagrado. Neste encontro a dança terá foco como expressão cultural e de resistência. Analisaremos os grafismos e as danças indígenas, seus significados e como elas transmitem conhecimentos, rituais e a história de seus povos. Para desvendar a oralidade indígena vamos aprofundar a compreensão sobre oralidade como principal forma de letramento e transmissão de saberes nas culturas indígenas, discutiremos como essa tradição é tão válida quanto a escrita ocidental, desconstruindo preconceitos e hierarquias. A música será analisada como uma linguagem que vai além da melodia, nos seus ritmos e instrumentos (maracá, flauta, ucari, etc) e são parte de uma cosmovisão e o reconhecimento dela é uma forma de combater o racismo e a invisibilidade. Práticas simples de movimento corporal serão incentivadas para que as (os) participantes sintam a experiência. Tragam seus maracás!

Bibliografias:

CERQUEIRA, Perpétua Ferreira. A música na visão de uma Mulher Kukama: Antropologia, arte e resistência. Perpétua Cerqueira Ferreira, 2023.
KAMBEBA, Márcia Wayna Poemas e crônicas: Ay Kakyri Tama = Eu moro na cidade / Márcia Wayna Kambeba -- Manaus: Grafisa Gráfica e Editora, 2013.
KAMBEBA, Márcia Wayna. Infância na Aldeia: Um convite à reflexão sobre a cultura indígena. Ilustrações de Cris Eich. Editora Ciranda na Escola, 2023.
KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo, São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 57 p.
KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 729 p.
MURA, Márcia. Tecendo Memórias, do povo Mura e outros parentes. Editora Pachamama, 2017.
POTIGUARA, ELIANE. A tinta, a palavra na tradição oral e escrita em língua indígena. Leetra Indígena: Revista do Laboratório de linguagem LEETRA, n. 4, v. 1, p. 17-20, São Carlos:SP: Universidade Federal de São Carlos, Laboratório de Linguagens LETRTRA, 2014.

MC30 - CULTURA, HISTÓRIA E TECNOLOGIAS: ESTRATÉGIAS FORMATIVAS PARA A CRIAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS À LUZ DA LEI 11.645**Ministrantes:**

Edson de Andrade Araújo (UFSB)
Ana Caroline Dalapicola Rezende (UFSB)

Este minicurso propõe a formação de educadores/as, graduandos/as e pós-graduandos/as para a criação de materiais didáticos digitais com base nos pressupostos da Lei nº 11.645/2008, que determina a obrigatoriedade do ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas na educação básica. Partindo da necessidade de reinventar práticas pedagógicas diante da presença crescente das tecnologias digitais na escola, a proposta visa capacitar os participantes para elaborar livros paradidáticos digitais autorais, críticos, inclusivos e interativos. Os objetivos específicos incluem a apresentação de fundamentos teóricos sobre o livro paradidático e sua função educativa; o uso de ferramentas digitais gratuitas como Canva, Book Creator e Google Slides; e a produção coletiva de materiais com foco na diversidade cultural e nos direitos étnico-raciais. A metodologia adotada será teórico-prática, com exposições dialogadas, análise de materiais exemplares e atividades colaborativas de produção e socialização. Os recursos didáticos incluem computador com acesso à internet, softwares de edição gratuitos, TV ou projetor. A bibliografia básica abrange autores como Bezerra (2007), Moreira e Candau (2011) e as diretrizes da BNCC (2018), sendo complementada por textos de Horacio (2022), Silva (2015), Santos e Monteiro (2024), Vales e Souza (2020), entre outros, que discutem a educação antirracista, a literatura indígena e o uso de tecnologias na formação docente.

MC31 - TERRITORIALIDADES INDÍGENAS EM CONTEXTOS URBANOS NAS CAPITAIS DO NORDESTE: FLORESTANDO A POLÍTICA URBANA

Ministrante:

Virginia Elaine Vasconcelos do Nascimento (UFBA)

O que a política urbana tem a ver com as populações indígenas em contextos urbanos? Neste minicurso busco refletir sobre como populações afetadas pelo etnogenocídio (re)existem a partir de memórias de territorialidades e como o racismo anti-indígena perpetua o apagamento de identidades. Para isso, trago a análise do projeto de extensão Sementes de 'Ybá: Roda de troca de saberes históricos e políticos de "territorialidades", desenvolvido em outubro de 2024, seguindo o roteiro: o que é a história indígena? e qual a relação histórica da pessoa indígena com o território a qual pertence e em que vive hoje? O que são os direitos indígenas e como eles têm se transformado ao longo do tempo? Partindo do princípio da não violação dos direitos indígenas, independentemente de seu contexto territorial, elaboro a ideia de florestamento da política urbana como um possível instrumento de busca por justiça social e reparação histórica para populações originárias presentes nas capitais do Nordeste brasileiro. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Longhini, G. D. Núñez. Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. / Geni Daniela Longhini Núñez; orientadora, Mara Coelho de Souza Lago, coorientadora João Manuel de Oliveira - Florianópolis, 2022. / Smith, L. T. Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas. Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: Castro, Gabriela. S. O racismo indígena: luta, conflitos e resistência do povo Tremembé da Barra do Mundaú.

MC32 - ALDEIA DE SABERES: RETOMADAS ETNOEDUCACIONAIS E EPISTEMOLOGIAS INTERCULTURAIS NA EJA E NO ENSINO SUPERIOR

Ministrantes:

Paulo Alfredo Martins Rocha (UNEB)

Aissa Cavalcante Lisboa (UNEB)

Este minicurso tem como objetivo partilhar reflexões, experiências e aprendizagens no contexto da Educação de Jovens e Adultos Indígenas e do Ensino Superior, a partir de pesquisas e processos formativos que articulam saberes tradicionais, experiências de retomada etnoeducacional e epistemologias decoloniais. A proposta dialoga com práticas pedagógicas realizadas em contextos interculturais e comunitários, destacando o papel da educação como projeto de povo, bem como os atravessamentos políticos, subjetivos e institucionais presentes nessas trajetórias formativas. Serão abordados os movimentos de reflorestamento da educação intercultural e aldeamento da universidade, as concepções de educação indígena, os processos de subjetivação, os desafios da docência em territórios tradicionais, os marcos legais que estruturam a política de retomada da educação escolar indígena e as possibilidades de construção de práticas pedagógicas ancoradas na escuta, na circularidade do conhecimento e no reconhecimento da diversidade epistêmica. A proposta parte de uma perspectiva crítica e propositiva, entendendo a universidade e a escola como lugares em disputa, tensionados por narrativas históricas hegemônicas e contra-hegemônicas, sendo o espaço do minicurso um território-tempo de troca, fortalecimento e construção coletiva de saberes insurgentes e disruptivos.

MC33 - LINGUÍSTICA HISTÓRICA COMO SUPORTE A ANÁLISES SINCRÔNICAS

Ministrante:

Raniery Oliveira da Silva e Silva (UFPA)

Os estudos histórico-comparativos têm contribuído desde os séculos XVIII e XIX para um amplo conhecimento das relações genéticas entre línguas que possuem uma origem em comum. Não apenas isso, mas também é capaz de suscitar formas ancestrais que originaram as formas atuais, sejam fonemas, morfemas ou estruturas sintáticas. Na atualidade, a emergência de descrição e análise de línguas minoritárias, em especial as línguas indígenas, torna necessária a busca por parentes

linguísticos em vista de lacunas nas descrições existentes sobre elas. O objetivo central deste minicurso é apresentar os possíveis subsídios que as análises histórico-comparativas podem trazer para análises de natureza sincrônica/descritiva de uma determinada língua, mediante a reconstrução do ancestral linguístico e os desenvolvimentos históricos de um determinado objeto analisado (fonema, morfema etc.). Tem-se como objetivos específicos: (i) nivelamento sobre os conceitos básicos de reconstrução linguística; (ii) associação de reconstruções linguísticas a análises de cunho descritivo sincrônico; (iii) desenvolvimento de estratégias de análise descritiva com apoio de análises históricas mediante exercício. A metodologia consiste na retomada de leituras básicas sobre a reconstrução linguística com base em Campbell (1998), Crowley e Bower (2010) e Trask (2015); além da apreciação de alguns resultados para reconstruções de línguas indígenas que auxiliaram no entendimento sincrônico de línguas comparadas: Picanço (2005, 2008, 2010, 2019), Gildea, Hoff e Meira (2010) e Silva (2023a, 2023b, 2024). Os recursos didáticos serão Datashow e notebook (para apresentação em PowerPoint), quadro, pilotos, caneta/lápis e papel.

Bibliografia básica:

- CAMPBELL, Lyle. *Historical Linguistics: An Introduction*. Massachusetts: The MIT Press, 1998.
- CROWLEY, Terry; BOWERN, Claire. *An Introduction to Historical Linguistics*. New York: Oxford University Press, 1977.
- GILDEA, Spike; HOFF, B; MEIRA, Sérgio. The Story of *ô in the Cariban Family. *International Journal of American Linguistics*. Vol. 76, Nº. 4, p. 91-123, 2010.
- MEIRA, Sérgio; GILDEA, Spike; HOFF, BJ. On the origin of ablaut in the Cariban Family. *International Journal of American Linguistics*. Vol. 76, Nº. 4, p. 477-515, 2010.
- PICANÇO, Gessiane Lobato. *Mundurukú: phonetics, phonology, synchrony, diachrony*. 424 f. 2005. Tese (Doutorado) – Department of Linguistics, University of British Columbia, Canadá, 2005.
- PICANÇO, Gessiane Lobato. The development of the creaky voice in Proto-Mundurukú (Tupí). In: BISOL, L.; BRESCANCINI, C. R. (ed.). *Contemporary Phonology in Brazil*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2008, p. 288-314.
- PICANÇO, Gessiane Lobato. *A fonologia diacrônica do Proto-Mundurukú (Tupí)*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.
- SILVA, Raniery Oliveira da Silva e. 2023. Oclusivas vozeadas no subgrupo Arara-Ikpeng: perspectivas sincrônica e diacrônica. *Mandinga - Revista de Estudos Linguísticos*. V.7 N. Especial (2023): Estudos linguísticos na Amazônia, p. 108-118, 2023.
- SILVA, Raniery Oliveira da Silva e. *Reconstrução dos fonemas consonantais do Proto-Iriri (Karíb)*. 2023. Dissertação (Mestrado), Mestrado em Letras (Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará (PPGL/UFGA), Belém, 2023.
- SILVA, Raniery Oliveira da Silva e. Reanálise das aproximantes na língua Ikpeng: subsídios diacrônicos. *Revista de Letras Norte@mentos*, [S. l.], v. 18, n. 51, 2025. Disponível em: DOI: 10.30681/rln.v18i51.13771. Acesso em: 30 jul. 2025.
- TRASK, Robert L. *Historical Linguistics*. 3 ed. de Robert McColl Millar. New York: Arnold, 2015.

Bibliografia complementar

- CRYSTAL, David. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. 6. ed. Oxford: Blackell Publishing, 2008.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- GABAS JR., Nilson. *Linguística Histórica*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Organizadoras.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, volume 1. 9ª edição revisada. São Paulo: Cortez, 2012, p. 85-112.
- HOENIGSWALD, Henry M. *Language Change and Linguistic Reconstruction*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1960.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change: Internal factors*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.
- LADEFORGED, Peter; MADDIESON, Ian. *The Sounds of the World's Languages*. Cambridge: Blackwell, 1996.
- MORI, Angel Corbera. *Fonologia*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. V. 1. 9. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2012, p. 157-191.

Ministrante:

Bruna Trindade Gomes Carneiro (UEFS)

O minicurso tem como objetivo geral capacitar professores, estudantes, pesquisadores, ativistas e lideranças indígenas para analisar, interpretar e aplicar fontes linguísticas e documentais indígenas em contextos acadêmicos, escolares e comunitários. Entre os objetivos específicos, destacam-se: compreender o conceito de filologia expandida; aplicar uma ficha prática de análise de fontes indígenas; e elaborar estratégias de devolução e uso pedagógico dessas fontes. A metodologia será centrada na prática, com estudo de caso real, uso de ferramenta própria de análise (ficha com critérios de suporte, autoria, apagamento, etc.), com foco em documentação remanescente. Como recursos didáticos, serão utilizados textos reais (manuscritos missionários e as cartas dos Irmãos Camarões), projetor multimídia, fichas impressas e guia digital. A bibliografia básica inclui autores como Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004), Armando Petrucci (2003), Antonio Houaiss (1985), Carlo Ginzburg (2006), Alicia Lose (2017), Linda Tuhiwai Smith (2016) e Eduardo Navarro (2016). Ao final, os participantes terão produzido uma proposta concreta de uso de fonte indígena em seu campo de atuação, contribuindo para a valorização de epistemologias indígenas e o fortalecimento de práticas de escuta e reparação simbólica.

MC35 - EDUCAÇÃO INTERGERACIONAL INDÍGENA NA UNIVERSIDADE DA MATURIDADE E O CENTRO DE ENSINO MÉDIO INDÍGENA XERENTE WARÃ

Ministrante:

Leonardo Sampaio Baleeiro Santana (UFT)

O minicurso propõe uma reflexão aprofundada sobre as práticas intergeracionais desenvolvidas entre a Universidade da Maturidade (UMA) e o Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã (CEMIX-WARÃ), com ênfase nas experiências vividas pelos anciãos do povo Akwê-Xerente e sua participação ativa no ambiente escolar. Fruto de uma parceria entre as duas instituições, a iniciativa busca reconstituir os laços históricos entre juventude e ancestralidade, promovendo o reencontro entre tempos, saberes e visões de mundo. A cada semana, os anciãos deslocam-se até a escola para compartilhar vivências sobre o passado, a espiritualidade, a agricultura tradicional, os cantos e as danças cerimoniais, promovendo o fortalecimento da identidade coletiva e a revitalização dos vínculos culturais entre gerações. A presença dos mais velhos no espaço escolar rompe com a lógica unilateral da transmissão de conteúdo e institui uma pedagogia do diálogo, da escuta e da memória. Abordar-se-á os efeitos formativos dessas interações, suas contribuições para a formação crítica dos jovens, e a importância de reconhecer os anciãos como agentes educativos centrais na construção de uma escola indígena enraizada em sua própria cosmologia. A proposta também discutirá metodologias sensíveis à temporalidade indígena e ao papel da oralidade como fundamento do conhecimento vivo.

OBJETIVO GERAL

Analisar as contribuições da presença ativa dos anciãos nas práticas pedagógicas intergeracionais desenvolvidas entre a Universidade da Maturidade e o CEMIX-WARÃ, com foco na valorização dos saberes tradicionais, no fortalecimento dos vínculos identitários e na formação dos jovens Akwê-Xerente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender a lógica intergeracional como eixo pedagógico estruturante das práticas culturais do povo Akwê-Xerente;

Relatar a experiência de articulação entre anciãos e estudantes dentro do espaço escolar;
Refletir sobre o papel da memória, da oralidade e da ancestralidade na formação de jovens indígenas;
Discutir estratégias pedagógicas baseadas na escuta, na presença e na reciprocidade entre gerações.

METODOLOGIA

O minicurso será organizado em três momentos principais. Primeiramente, será feita uma apresentação dialógica sobre o processo de construção da parceria entre a UMA e o CEMIX-WARÃ, com base em registros reais e contextos vivenciados pelos participantes. Em seguida, será proposta uma simulação de roda intergeracional, na qual os participantes irão assumir, simbolicamente, os papéis de anciãos e estudantes para vivenciar a escuta, o silêncio respeitoso e o relato de experiências. Por fim, será realizada uma sistematização coletiva das reflexões a partir das categorias “memória”, “ancestralidade”

e “educação viva”. O foco será sempre a valorização da oralidade como forma legítima de transmissão e construção de conhecimento.

RECURSOS DIDÁTICOS

Trechos de relatos orais autorizados de anciãos e estudantes;
Fichas temáticas para simulação da roda intergeracional;
Cartazes com categorias analíticas (memória, tempo, escuta, ancestralidade);
Painel coletivo para síntese das reflexões;
Material gráfico ilustrativo sobre a iniciativa UMA-CEMIX.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGGIO, Sílvia Lúcia Bigonjal. A instauração da escrita entre os Xerente: conflitos e resistências. Revista do Museu Antropológico, Goiânia: UFGO, v. 3/4, n. 1, p. 19–42, jan./dez. 1999/2000.
CENTRO DE ENSINO MÉDIO INDÍGENA XERENTE WARÃ. Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã – CEMIX-WARÃ. Tocantínia, TO: Secretaria da Educação do Estado do Tocantins, 2025.
REIS, Francisco Carlos Oliveira. Aspectos do contato e formas socioculturais da sociedade Akwe-Xerente (Jê). Brasília: UnB, 2001. 128 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORGES, Samuel Marques; OSÓRIO, Neila Barbosa; SANTOS, Valter Henrique da Silva. Resistência e identidade: a preservação da cultura Akwê-Xerente em um contexto de transformação social. Ciências Humanas, v. 29, n. 146, 31 maio 2025.
SILVA, Reijane Pinheiro da; BARCELOS, Aline Costa; HIRANO, Bruno Queiroz Luz; IZZO, Renata Sottomaior; GONÇALVES, Eliane Moreira; DIAS, Mariana Roque. A experiência de alunos do PET-Saúde com a saúde indígena e o programa Mais Médicos. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 19, supl. 1, p. 1005-1014, dez. 2015.

MC36 - ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: REFLEXÕES E PROPOSTAS DIDÁTICAS

Ministrantes:

Erêndira Santos da Silva (UNEB)
Sandra Cordeiro Oliveira (UNEB)

Este minicurso visa apresentar e debater possibilidades pedagógicas para a inserção da temática indígena em sala de aula por meio do uso de fontes históricas. Serão selecionadas fontes referentes ao período do Brasil Republicano que evidenciem os povos indígenas como agentes sociais na construção do Estado-nação. Busca-se, assim, integrar as contribuições da história indígena e do ensino de História na elaboração de propostas didáticas que fortaleçam uma educação intercultural e atendam às diretrizes da Lei 11.645/2008 e da LDB. Os objetivos específicos são: fomentar debates sobre as representações históricas dos povos indígenas e a emergência de novas narrativas didáticas; oferecer subsídios teórico-metodológicos para a construção de práticas pedagógicas significativas sobre a temática indígena; e disponibilizar fontes históricas que favoreçam a abordagem crítica da participação indígena na história do Brasil Republicano. A metodologia será expositiva e dialógica, com análise coletiva de fontes e produção de materiais didáticos voltados ao ensino de História indígena. Como recursos, serão utilizados data show, textos, imagens e materiais impressos. O minicurso é destinado a pesquisadores e professores da educação básica interessados em aprofundar conhecimentos e práticas sobre a temática indígena.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
ANDRADE, Juliana Alves de; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas. Recife: Edições Rascunhos, 2017.
SILVA, Giovani José; COSTA, Anna Maria Ribeiro FM. A lei n. 11.645/2008 e a inserção da temática indígena na educação básica. In: _____. Histórias e culturas indígenas na Educação Básica. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. cap. 3, p. 67–99.

Bibliografia complementar:

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PIÑON, Ana. A temática indígena na escola: reflexões sobre História e Cultura. São Paulo: Contexto, 2011.

MC37 - MEMÓRIAS E LUTAS: O NOTÓRIO SABER NA UNIVERSIDADE

Ministrante:

Felipe Milanez (UFBA)

Nesse minicurso, coordenado por Felipe Milanez em conjunto com os professores Maya Tupinambá e Cacique Nailton Pataxó, serão apresentadas reflexões desde a experiência em docência e em pesquisa destas duas lideranças indígenas. O minicurso será realizado em um turno de 3 horas (equivalente a duas sessões de 1h30), onde, na primeira hora, a professora Maya Tupinambá apresenta sua experiência em trabalhos artísticos e espirituais dividido em três momentos: cantos; sonhos e mantos. Na segunda parte, cacique Nailton Pataxó apresenta o trabalho que vem desenvolvendo sobre a memória da luta indígena pela retomada dos territórios durante a ditadura, as estratégias de enfrentamento da repressão do estado e da polícia, e, no terceiro momento, fala sobre a formação de liderança. Na terceira parte do minicurso, será aberto para debates e questões como público e interações entre a liderança espiritual e a liderança política e suas experiências em diálogos, pesquisas e docência na Universidade Federal da Bahia.

MC38 - NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL – CONSTRUINDO PROTOCOLOS DE CONSULTA PARA DEFESA TERRITORIAL DOS POVOS INDÍGENAS

Ministrantes:

Gabriela Fernandes Feliciano Murua (UNEB)

André Luís Oliveira Pereira de Souza (UFBA)

Os Protocolos de Consulta fazem parte de um conjunto de instrumentos de defesa territorial construídos pelos próprios Povos Indígenas, cujo intuito é transformar os conhecimentos originários – amplamente vivenciados e transmitidos oralmente - sobre seus territórios, recursos e processos organizativos em documentos oficiais, válidos para reivindicar, junto ao judiciário, o cumprimento de seus direitos em espaços de tomada de decisão da esfera pública ou privada que possam vir ameaçar suas vidas. A legislação que fundamenta tais protocolos é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), legislação internacional, da qual o Brasil é signatário. Amplamente conhecida pelos Art.6 e 7 que preveem o direito à Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé (CLPI) aos povos indígenas sempre que houver medidas legislativas ou administrativas capazes de afetá-los. Para desenvolver a metodologia, partimos da compreensão, defendida pelo advogado e professor Carlos Marés, de que não é possível compreender o direito específico de consulta se o separarmos de importantes atualizações realizadas por esta Convenção, a saber: o direito a autoidentificação de sua condição distinta à sociedade geral; a compreensão desses grupos como Povos; e o reconhecimento irrestrito de seu direito pelas terras e territórios habitados. A consulta, portanto, não é um direito em si, é antes a decorrência do direito constitucional e inalienável dos povos indígenas de existirem, em sua dimensão coletiva e cultural, que só pode ser efetivada em um território tradicionalmente ocupado que “possibilita a realimentação dessa cultura” (MARÉS, 2021).

Facilitadores:

Gabriela Fernandes Feliciano Murua – Professora da Licenciatura Intercultural Indígena – Campus X/UNEB; Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social; Doutora em Ciência Política e Pós-doutora em Geografia (UFS).

André Luís Oliveira Pereira de Souza – Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social e Doutorando Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade IHAC/UFBA.

Objetivo Geral: compartilhar a metodologia desenvolvida pela Nova Cartografia Social – Núcleo São Francisco para a construção de Protocolos de Consulta junto à Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

Objetivos específicos:

- Apresentar os principais artigos da Convenção 169 da OIT que fundamentam os Protocolos de Consulta;
- Que os participantes compreendam o Protocolo de Consulta em duas dimensões: a. um documento jurídico, com foco na garantia do direito territorial e de existência dos Povos Indígenas; b. um processo político-formativo de estímulo e fortalecimento da organização comunitária - uma oportunidade de reacender a dimensão coletiva acerca de quem são, onde vivem e os conflitos que os impedem de viver;
- Ensinar técnicas básicas para a realização de entrevistas e construção de mapas, utilizando ferramentas tais como gravador e GPS.

Metodologia:

Dia 26/02 – Premissas ao Protocolo de Consulta: direito territorial e fortalecimento da organização política e comunitária do Povo Indígena. Introduzir a discussão acerca do direito dos povos indígenas de serem consultados de forma livre, previa, informada e de boa-fé e como o protocolo de consulta é um instrumento fundamental para a garantia deste direito. Ademais, traremos a proposta metodológica da Nova Cartografia Social/ Núcleo São Francisco que propõe o protagonismo dos povos indígenas na confecção de seus instrumentos de defesa e a importância deles para a organização e fortalecimento comunitário no enfrentamento aos conflitos que ameaçam seus territórios e existências.

Dia 27/02 – Etapas para a construção do Protocolo de Consulta: identidade, modo de vida e formas de organização territorial e comunitária. Por meio de metodologias participativas, aprofundaremos a primeira etapa para a construção do protocolo, com foco na construção das narrativas acerca da identidade e modo de vida e organização da comunidade. Quais são as informações importantes de serem coletadas, como colhê-las e sistematizá-las? Como fazer entrevistas individuais e coletivas?

Dia 28/02 – Etapas para a construção do Protocolo de Consulta: Cartografia social e conflitos territoriais. Nesse terceiro momento, por meio de metodologias participativas, aprofundaremos a segunda e terceira etapa para a construção do protocolo, com foco na construção dos etnomapas e mapas georreferenciados, e na sistematização das perguntas que orientam o protocolo.

Recursos didáticos:

Facilitação gráfica e mapas mentais em tarjetas e cartolinas; quadro branco, pincéis, lápis de cor e canetinhas hidrocor; mapas georreferenciados; pandeiro; computador; projetor e caixa de som; gravador; GPS etc.

Bibliografia básica e complementar:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (org.). Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 157–173.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombola, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, faxinas e fundos de pastos: terras tradicionais ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008. 182 p.

FREIRE, Paulo. Como trabalhar com o povo. 1982. Disponível em:

<https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/bf397b01-92aa-4e39-bf7d-59ce10b2b111/content>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MARÉS, Carlos Frederico. Fala proferida na live Direitos Indígenas na CF: Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado e Protocolos Autônomos. [S.l.]: OAB Nacional, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J7gaqslUpRY&t=5563s&ab_channel=OABNacional. Acesso em: 31 jul. 2025.

MURUA, Gabriela Fernandes Feliciano. Território, identidade e fortalecimento comunitário: a experiência do Protocolo de Consulta do Território Quilombola Brejão dos Negros. Revista Ecologias Humanas, [S. l.], v. 10, n. 11, p. 61–81, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.12570330>. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/ecohum/article/view/20294>. Acesso em: 31 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT. 5. ed. Brasília: OIT, 2011.

PROTOCOLO DE CONSULTA DAS MULHERES MARISQUEIRAS DOS ESTUÁRIOS DOS RIOS REAL, PIAUÍ E PIAUITINGA/ Gabriela Murua, Leandro Sacramento, Daniela Bento e Quitéria Gomes (Org.). SERGIPE: INSTITUTO RAÍZES E CPP, 2025. 94 p.

PROTOCOLO DE CONSULTA TERRITÓRIO QUILOMBOLA BREJÃO DOS NEGROS/ Alzení de Freitas Tomáz, André Luís Souza e Gabriela Murua (Org.). SERGIPE, 2025. 68 p.

MC39 - MAPAS SUBJETIVOS TERRITORIAIS: TECENDO ALIANÇAS ENTRE POVOS, NATUREZA E JUSTIÇA

Ministrante:

Antônio André Valécio de Jesus (Universidade de Coimbra)

Diante do agravamento da crise climática e da acelerada perda de biodiversidade, torna-se urgente mobilizar novos referenciais teóricos e práticos capazes de enfrentar os impactos dessas transformações e de propor caminhos inovadores de sustentabilidade que reconheçam a centralidade dos povos indígenas. Embora eventos como a Cúpula da Terra, a UNFCCC e as COPs tenham contribuído para inserir esses povos no centro das discussões internacionais, ainda prevalecem modelos de gestão ambiental que desconsideram suas cosmologias, direitos e formas próprias de relação com a Natureza, tornando indispensável o desenvolvimento de conceitos descolonizadores. Este curso propõe apresentar e aprofundar o conceito de Mapas Subjetivos Territoriais (MST), desenvolvido pelo autor como uma ferramenta teórico-metodológica inovadora voltada para compreender e representar os territórios a partir dos saberes, práticas e experiências das comunidades locais. A partir de uma abordagem interdisciplinar, serão discutidas as bases filosóficas, antropológicas e jurídicas que sustentam os MST, enfatizando sua contribuição para a demarcação territorial, a proteção ambiental e a emergência de um novo paradigma que reconhece a Natureza como sujeito de direitos. O curso articulará exposições conceituais, análise de experiências etnográficas e oficinas práticas voltadas à elaboração coletiva de mapas que integrem dimensões culturais, espirituais e ecológicas. Destina-se a estudantes, pesquisadores(as), lideranças indígenas, agentes públicos e ativistas ambientais interessadas(os) em construir alternativas descolonizantes para a gestão territorial, a justiça climática e o fortalecimento das epistemologias do Sul.

MC40 - DO PNLD LITERÁRIO À FORMAÇÃO DO LEITOR: ESTRATÉGIAS DE LEITURA COM OBRAS DA LITERATURA INDÍGENA

Ministrantes:

Aldenice Auxiliadora de Oliveira (UFPB)

Ludmila Nóbrega Marinho Viana (UFPB)

O minicurso busca promover reflexões práticas que contribuam para fortalecer a formação leitora, por meio de mediações sensíveis e comprometidas com a valorização da diversidade cultural. O objetivo é apresentar caminhos pedagógicos para o trabalho com a Literatura Indígena, com base nas obras indígenas presentes no PNLD Literário (2023), especialmente voltadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Pretende-se oferecer subsídios teóricos e práticos para o uso dessas obras em sala de aula, reconhecendo seu valor estético, político, histórico e cultural. Como objetivos específicos, propõe-se contribuir para a formação de educadores no uso da Literatura Indígena; refletir sobre a importância da literatura indígena na formação de leitores críticos; apresentar estratégias de leitura e mediação que valorizem a oralidade, a escuta e a interculturalidade. A proposta dialoga com autores como Daniel Munduruku (2020), Ailton Krenak (2015), Graça Graúna (2013), Eliane Potiguara (2019), Thiél (2012; 2013), entre outros. Visamos fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com o respeito aos povos indígenas. Para isso, propõe-se compreender e aplicar princípios e processos de mediação da leitura, tais como contação de histórias, leitura em voz alta e círculos de leitura, voltados à formação de leitores literários. A abordagem teórico-metodológica segue as contribuições de Solé (1988), Girotto e Souza (2010) e Cosson (2016). Para embasar o relato, utilizam-se os estudos de Colomer (2007; 2017), Chambers (2007a; 2007b) e Zilberman (1990). Evidencia-se, assim, a importância de abordar a cultura indígena por meio de situações concretas, considerando o modo de vida, os costumes e as particularidades de cada povo.

MC41 - DIETAS INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ministrante:

Alexia Helena de Araujo Shellard (UFRJ)

O objetivo geral do minicurso é analisar de que maneira as transformações socioambientais vêm impactando as dietas de povos originários habitantes do Brasil ao longo das últimas décadas. Além de estudar de que maneira a redução de territórios indígenas vem afetando o acesso a alimentos entre as populações autóctones, também analisaremos o efeito do acesso facilitado a indígenas de alimentos ultraprocessados por meio de políticas públicas e fluxos comerciais. Finalmente, buscaremos articular as relações entre nutrição, meio ambiente e saúde humana. A proposta do curso é apresentar inicialmente um panorama geral das mudanças ocorridas nas últimas cinco décadas nas vidas e territórios indígenas, enfatizando especialmente a questão alimentar e a escassez de frutos, caça, pesca e terra fértil desde a Grande Transformação. A partir disso, os participantes escolherão povos e locais específicos para desenvolver suas próprias conclusões. Através de entrevistas, bibliografia e outras fontes de informação como mapas e vídeos, que serão disponibilizados previamente, traçarão uma comparação entre a comida consumida hoje e nas décadas passadas. Cada participante escreverá um breve texto que após edição será reunido em uma edição cartonera referente ao minicurso.

Bibliografia básica:

HAVERROTH, Moacir. Etnobiologia e saúde de povos. Recife: NUPEEA, 2013.

LANGDON, Esther Jean e CARDOSO, Marina D. Saúde indígena: políticas comparadas na América Latina. Florianópolis: EDUFSC - Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

LEÃO, Paula Rezende Castro. O direito à saúde infantil e o meio ambiente: uma análise dos desafios em saúde ambiental para as crianças indígenas na Amazônia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

LEITE, Maurício Soares. Transformação e persistência: antropologia da alimentação e nutrição em uma sociedade indígena amazônica. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 2007.

PEREIRA, Nunes. Panorama da alimentação indígena: comidas, bebidas e tóxicos na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1974.

PONTES, Ana Lúcia de Moura Pontes et al. Vozes indígenas na saúde: trajetórias, memórias e protagonismos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022.

ROSALEN, Juliana. Alguns conhecimentos sobre alimentação. Oiapoque, AP: Iepé, 2007.

Bibliografia complementar:

Rosilene Costa Reis, João Farias Guerreiros. Os tradicionais: saúde e nutrição dos indígenas Asurini, Parakanã, Arara, Kararao e Arawete da Amazonia Brasileira. São Paulo: Baraúna, 2015.

GAMELO, Luiza. Comidas tradicionais indígenas do Alto Rio Negro. Manaus: EDUA 2009.

DEMARCO, André. Folha de coca: superalimento e medicina: as tradições indígenas da sagrada planta ancestral no Brasil e na América do Sul / André DeMarco. Curitiba, PR: Editora CRV, 2025.

MC42 - MARCO TEMPORAL E A DESTRUIÇÃO DOS ESPAÇOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Ministrantes:

Líder Macuxi Valexon Lins Oliveira Ambrósio (INSIKIRAN/UFRR)

Tácio José Natal Raposo (UERR)

Catarina Janira Padilha (UFRR)

Wagner Feitosa Avelino (UNESP)

O minicurso tem objetiva relacionar o debate crítico sobre a atuação estatal em relação aos povos originários e as suas terras entendidas como posses de direito congênito. Em específico, abordaremos algumas reflexões, sob o ponto vista da análise espacial e da organização territorial do país, considerando os riscos que ameaçam as Terras Indígenas homologadas em todo país. Nesse contexto, aponta-se a inconstitucionalidade iniciada como PL que propôs o marco temporal baseado na data de publicação da Constituição de 1988, e não na realidade da existência ancestral dos povos que habitavam o território no qual se constituiu o país, bem como os desdobramentos do estabelecimento da Lei 14.701/2023 que inseriu a norma para demarcações e reconhecimento de TI. Desde então a regra foi fortemente criticada pelos os povos indígenas que pediram a sua suspensão, o Supremo

Tribunal Federal (STF), por sua vez negou a suspensão e sugeriu uma conciliação, o que provocou indignação das organizações indígenas que entendem que seus direitos são inegociáveis. A norma constitui um instrumento jurídico para dificultar, reverter e reverter os direitos reconhecidos dos povos originários. O tempo histórico é abolido para que se permita a expansão do capital e do capitalismo. Configurando um dispositivo jurídico e político que faz um ataque sem precedentes aos direitos congêntos, ancestrais e espaciais, dos povos originários.

MC43 - O CINEMA DO REAL MARAVILHOSO: UMA PROPOSTA DESCOLONIZANTE PARA SE PENSAR A HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA ATRAVÉS DE PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS

Ministrante:

Isabella Loureiro Khaled Poppe

O real maravilhoso surgiu na metade do século XX na América Latina como contraponto às narrativas hegemônicas do norte global, propondo uma nova forma de olhar a realidade e questionando a validade das oposições: real e irreal, natural e sobrenatural, ciência e magia. O termo questiona a lógica que considera como magia toda manifestação que a racionalidade ocidental não é capaz de explicar e que muitas vezes compõe as raízes autóctones de um povo. Nos últimos anos, a poética do real maravilhoso vem sendo incorporada em obras cinematográficas latino-americanas caracterizadas pelo encontro entre o “real” e o “extraordinário”, em que essas produções buscam incorporar cosmovisões não-hegemônicas de forma não fantasiosa, mas como parte da própria realidade. Ao considerar o real maravilhoso um gênero cuja ideologia se relaciona à busca por uma identidade latino-americana, um dos objetivos do minicurso é introduzir o debate sobre a ideia de América Latina, desde o seu surgimento até concepções mais recentes que questionam os limites dessa formação. Através de análise dos filmes e seus cruzamentos com textos e outros documentos, os três encontros do minicurso irão abordar questões como colonialismo externo e interno; mestiçagem, multiculturalismo e *chi'xi*; práticas de dominação e resistência e a expansão do real no choque entre a racionalidade ocidental e cosmovisões originárias. Espera-se percorrer as interseções entre Real Maravilhoso, História, América Latina e Cinema em busca de uma perspectiva descolonizante para um mundo onde caibam muitos mundos.

Filmografia:

Breton és un bebe (Arturo Sotto, Cuba, 2008).
O abraço da serpente (Ciro Guerra, Colômbia, 2016)
La llorona (Jayro Bustamante, Guatemala, 2019)
A febre (Maya Da-rin, Brasil, 2019)
Los silencios (Beatriz Seigner, Brasil-Colômbia, 2018)

Bibliografia básica:

BORBA, Pedro. Para uma teoria crítica do eurocentrismo: história, colonialismo e o resto do mundo. In: Revista Estudos Políticos, Vol. 11, n. 21, 2020.
CARPENTIER, ALEJO. O reino deste mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
CUSICANQUI, Silvia Rivera. Un mundo *ch'ixi* es posible: ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.
GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. América Latina: Revista del Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales, VI (3), Rio de Janeiro, 1963.
KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Bibliografia complementar:

CHIAMPÍ, Irlemar. O realismo maravilhoso. São Paulo: Perspectiva, 2015.
Declaração da Selva Lacandona, 1 de janeiro de 1994. Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Disponível em:
<https://www.dhnet.org.br/direitos/blocos/questaozapatista/primeiradeclaracao.html>
MARTÍ, José. Nossa América. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.
MIGNOLO, Walter D. La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

MC44 - ARTE EM RETOMADA: COLAGEM DIGITAL, CORPOS, MEMÓRIAS E A RECONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS

Ministrantes:

Rebeca Freitas Lopes (UESPI)

A produção artística e cultural historicamente foi dominada por paradigmas eurocêntricos que marginalizaram as expressões estéticas de povos indígenas, africanos, asiáticos e outros grupos subalternizados. No caso específico dos povos originários das Américas, o projeto colonial não apenas suprimiu saberes ancestrais, mas também impôs violentos processos de apagamento de corpos, memórias e narrativas. Contemporaneamente, assistimos a um vigoroso movimento de retomada em que a ancestralidade se atualiza através de novas linguagens artísticas. Nesse contexto, a colagem digital emerge como potente ferramenta de descolonização estética, permitindo ressignificar arquivos visuais coloniais e reconstruir narrativas indígenas em diálogo crítico com o presente. Este minicurso teórico-prático investiga as potencialidades da colagem digital como tecnologia de resistência cultural e ferramenta pedagógica no contexto dos saberes indígenas. Partindo do reconhecimento de que os processos coloniais impuseram violentas rupturas nas formas tradicionais de produção e transmissão de conhecimento, propomos a colagem digital como estratégia contemporânea de (re)existência indígena que articula ancestralidade e inovação tecnológica, criando novas iconografias que afirmam identidades plurais. Por fim, refletiremos sobre o potencial pedagógico da colagem digital como metodologia para o ensino de culturas indígenas em contextos educacionais, problematizando tanto suas possibilidades quanto seus limites enquanto estratégia de descolonização do olhar. O minicurso destina-se a artistas, educadores, pesquisadores e todos interessados nos cruzamentos entre arte, tecnologia e saberes indígenas. Assim, os participantes desenvolverão habilidades técnicas básicas em colagem digital enquanto refletem sobre seu potencial transformador tanto como linguagem artística quanto como instrumento pedagógico comprometido com a descolonização dos saberes. Como resultados, espera-se que os participantes adquiram competências para produzir apresentações que integrem conhecimentos tradicionais e contemporâneos e criar narrativas visuais adaptáveis a diversos contextos educacionais.

Palavras-Chave: Arte indígena; Colagem digital; Narrativa Visual; Memória

REFERÊNCIAS

GREGIO, Gustavo Batista; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araujo. A etnografia visual como instrumento de preservação e representatividade das mulheres indígenas. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 11, n. 21, p. 3-18, 2017.

GOMES, Débora dos Santos. Etnomídia: contra-narrativas indígenas nas redes digitais. 2022.

LINHARES, Adriana Cardoso et al. Narrativas e olhares sobre culturas indígenas nas aulas de artes visuais. 2022.

MC45 - CONFABULAÇÕES INDÍGENAS EM TEMPOS DE “FIM DE MUNDOS”: ENTRE ANTROPOLOGIA, IMAGENS E PERFORMANCE

Ministrantes:

John Cowart Dawsey (USP)

Leandro Teixeira da Silva (USP)

Nas últimas décadas, tem-se observado um aumento significativo na produção de imagens por povos indígenas no Brasil. Paralelamente, esses povos vêm se apropriando, de maneira crescente, das artes performáticas como ferramenta política e como epistêmica. Tais expressões tornam-se potentes armas de lutas pela defesa dos territórios, pela demarcação de terras e telas, bem como na mobilização frente às crises climáticas contemporâneas. É nesse entrecruzamento – entre as lutas pela terra e os territórios e os debates emergentes na antropologia sobre as crises ambientais que marcam o Capitaloceno (Povinelli, 2023) – que germina a proposta deste curso. Nosso objetivo central é compreender de que maneira as expressões estéticas e performáticas dos povos indígenas podem oferecer pistas fundamentais para a construção de uma agenda cosmo epistemológica, especialmente

nos debates sobre o "fim do mundo" e a "queda do céu". Para tanto, são fundamentais os debates estabelecidos por tradutores indígenas e quilombolas como Ailton Krenak (2017; 2020; 2022), Davi Kopenawa (2015), Célia Xakriabá (2018), Braulina Aurora (2022), Nego Bispo (2015; 2023) e Edgar Xakriabá (2019; 2024), cujas reflexões tensionam as relações entre corpo, natureza e contracolonialidade, propondo diálogos multiespécies, processos de criação, "insurgências" poéticas e confabulações críticas diante das diversas crises que assolam a humanidade. Desta forma, recorreremos também às contribuições de autores como Richard Schechner (1981; 2003; 2012), Diana Taylor (2003; 2013; 2016; 2023), Victor Turner (1987), John Dawsey (2005; 2021) e Leda Maria Martins (2022), que, a partir dos campos da antropologia da performance e da antropologia da experiência, oferecem ferramentas conceituais para refletirmos sobre as práticas performáticas enquanto comportamentos restaurados, memórias incorporadas e modos de habitar o mundo em meio às crises. É nesta encruzilhada germinante que propomos ir navegando e colocando essas questões em cena, pois "a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim" (Krenak, 2017, p.13).

Metodologia do curso

Aula expositiva

Exibição de Filmes e performances

Debate e discussão

Atividade Prática

Participação especial: Olinda Tupinambá e Ziel Karapotó

MC46 - HISTÓRIAS ENTRE-MUNDOS: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL REPUBLICANO (SÉCULOS XX E XXI)

Ministrante:

Michelle Reis de Macedo (UFAL)

O minicurso propõe uma leitura crítica da história dos povos indígenas no Brasil republicano (séculos XX e XXI) a partir dos conceitos de ontologia política e cosmohistória. Parte da crítica à ontologia ocidental, baseada na separação natureza/cultura e sujeito/objeto, que negou e desqualificou outras formas de existir e conhecer. Essa negação sustentou políticas de apagamento, controle e assimilação forçada, travestidas de tutela, integração e desenvolvimento. Analisa como o Estado brasileiro impôs um único modo de ser e habitar o território, desautorizando ontologias e cosmopolíticas indígenas. A cosmohistória permite reconhecer que os povos originários têm e produzem histórias próprias, desafiando a linearidade e o universalismo da história dominante. O curso percorre diferentes períodos: regime tutelar da Primeira República, políticas integracionistas do Estado Novo, avanço desenvolvimentista da ditadura civil-militar, disputas por cidadania na redemocratização e ataques recentes aos direitos indígenas. Em todos, observa-se a ambivalência entre reconhecimento jurídico e negação prática, via violência direta, categorias deslegitimadoras como "pardo" e expropriação territorial. Debate também o racismo estrutural contra povos indígenas, ainda silenciado e deslocado para questões "étnicas" ou culturais, o que mantém regimes de violência simbólica e material. Ao interrogar fundamentos ontológicos e dispositivos de apagamento, o minicurso convida à escuta de outras existências e memórias, visando à descolonização do pensamento histórico. Reconhece os povos indígenas como agentes de futuros outros, cujos modos de vida oferecem caminhos para repensar as relações entre humanos e mais-que-humanos diante das crises atuais.

MC47 - A DIGNIDADE COSMOGÊNICA DA NATUREZA E SUA AFIRMAÇÃO COMO SUJEITO DE DIREITOS: UM DIÁLOGO DE SABERES ENTRE COSMOVISÃO INDÍGENA, FILOSOFIA, CIÊNCIA E DIREITO COMO CAMINHO NECESSÁRIO PARA UMA EDUCAÇÃO ECOLÓGICA E ECOZÓICA

Ministrantes:

Edmilson de Jesus Ferreira (Centro Universitário Dom Helder)

Mariza Rios (Centro Universitário Dom Helder)

A noção de dignidade cosmogênica, como dignidade própria da natureza e, por conseguinte, de todos os seres, humanos e não humanos, que nela têm sua origem, é um sólido elemento constitutivo de uma teoria jus ecológica a partir da qual se pode fundamentar a natureza como sujeito de direitos. Há na Filosofia, ciência atual, especialmente na Biologia e na Botânica, argumentos convincentes para se afirmar que a natureza é possuidora de dignidade inerente e, por isso, sujeito de direitos que também lhe são inerentes, cabendo ao direito apenas seu reconhecimento, sua formalização, sua garantia e sua aplicação. Não é o direito que dá à natureza sua dignidade ou mesmo seus direitos. Ela já os possui de forma originária, sendo necessário por parte da cultura jurídica, o reconhecimento como condição de possibilidade para o efetivo respeito aos mesmos. Tanto a Filosofia quanto a Ciência (a Biologia e a Botânica), em suas pesquisas mais avançadas são capazes de perceber e demonstrar a presença de atributos, capacidades e características inerentes à natureza, os quais lhe fundamentam a dignidade e podem servir de base para garantir seu status de sujeito de direitos. Como síntese desse avanço no pensamento filosófico e científico se apresenta a visão sistêmica ou ecossistêmica da vida, por meio da qual se pode afirmar e fundamentar uma perspectiva de integralidade e integridade da natureza e da vida como um todo, sendo, portanto, possível sustentar a noção de uma ecologia integral. Todas essas perspectivas se encontram já prefiguradas na cosmovisão indígenas em suas mais variadas vertentes tanto no contexto da cultura andina como nas comunidades originárias brasileiras. O aprofundamento dessas perspectivas aqui apresentadas é de extrema urgência na busca da proposição de um novo paradigma de relação com a natureza, com a vida, com o planeta e mesmo com o universo. Esse percurso de aprofundamento é o que se pode chamar de uma educação ecológica e ecozôica, com base numa alfabetização ecológica, pautada pelas noções de ecopedagogia e racionalidade ambiental.

MC48 - O INTERESSE ECONÔMICO MILITAR E O MOVIMENTO INDÍGENA, DURANTE A ANC: REFLEXOS DA POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA

Ministrante:

Felipe Reis Pompeu de Moraes (UFRJ)

O minicurso visa identificar a articulação de três grandes grupos de pressão existentes no Congresso Nacional, durante os trabalhos constituintes (1987-1988). Algo que se mostra persistente nos dias atuais. Durante o minicurso, tenta-se analisar a existência de certos interesses econômicos e geopolíticos associados a questão indígena. Especificamente, a existência dos seguintes grupos: a) grupo de mineradores: visavam e ainda visam a regulamentação e a exploração de jazidas localizadas nos territórios ocupados pelos povos originários; b) produtores rurais que tentavam e ainda tentam impedir novas demarcações, além de objetivarem a legalização de terras de titularidade duvidosa; c) e militares que procuravam e ainda tentam ampliar e manter certas prerrogativas atribuídas às Forças Armadas, como nas constituições anteriores a de 1988. Ao longo do curso, tenta-se demonstrar que durante a ANC, foi criada uma assessoria, a Assessoria Parlamentar do Exército que tinha diversas frentes e preocupações. Entre as quais, a questão da soberania nacional daquelas áreas fronteiriças que, em grande parte, eram ocupadas pelos povos indígenas. O desenvolvimento da “operação Amazônia” e de outros projetos de colonização nos sertões do país enfrentariam a resistência do Movimento Indígena. Durante o curso, darei atenção especial ao Movimento Indígena, um movimento subversivo a ordem vigente e que se opôs aos referidos grupos de pressão, durante a ANC. Sua origem remonta ao surgimento das Assembleias Indígenas espalhadas a nível nacional, a partir dos anos 1980, e coordenadas pelo CIMI. A contemporaneidade da presente temática justifica a existência desse curso que utiliza como metodologia de pesquisa fontes bibliográficas, a partir da verificação das bases de dados do Congresso Nacional, além do recolhimento de alguns depoimentos orais.

MC49 - ANCESTRALIDADE E SABERES TRADICIONAIS DO POVO XERENTE (AKWĒ)

Ministrante:

Wesleysley Vidal De Santana (UFT)

Este minicurso tem como objetivo geral refletir sobre a ancestralidade do povo Xerente (Akwê), suas cosmologias, tradições orais, rituais e vínculos com o território como fundamento da identidade e resistência cultural. A partir do protagonismo indígena, serão abordadas as formas como os saberes xerente são transmitidos entre gerações, revelando uma visão integrada de mundo que articula natureza, espiritualidade, memória e coletividade. Objetivos Específicos: Compreender os fundamentos da cosmologia xerente e suas relações com o território. Analisar o papel da oralidade e da ritualística na preservação dos saberes ancestrais. Valorizar a perspectiva dos próprios sujeitos indígenas sobre sua história e cultura. Metodologia: Aulas dialogadas com apoio de trechos de entrevistas, relatos orais, música tradicional, textos acadêmicos e rodas de conversa. Participação de pesquisadores e representantes xerente. Recursos Didáticos: Apresentações em slides, vídeos etnográficos, cantos tradicionais, textos e narrativas orais em áudio. Bibliografia Básica: OLIVEIRA, João Pacheco de. Povos Indígenas no Brasil: Identidades, Territórios e Políticas (FAPERJ, 2011), COIMBRA JR., Carlos E. A. A Terra dos Mil Povos (UFRGS, 2002). Entrevistas e narrativas Xerente (projetos etnográficos e documentais). Bibliografia Complementar: LIMA, Antonio Carlos de Souza. A Guardiã da Memória: Narrativas e Identidade no Alto Tocantins. SANTOS, Ailton Krenak.

MC50 - USOS DA HISTÓRIA ORAL

Ministrante:

Darlene Araújo Gomes (UEPA)

Maria de Lourdes Leoncio (UFT)

O minicurso tem por objetivo discutir sobre os usos pedagógicos e científico da História Oral, como campo em pesquisas científicas e como método de ensino, aplicável na educação básica como no ensino superior. A História Oral busca registrar a memória viva, as emoções, as paixões, o olhar, a perspectiva peculiar e os sentimentos de indivíduos das mais diversas origens socioculturais. São objetivos específicos do minicurso: conhecer os principais teóricos da História oral; discutir sobre a História Oral de Vida, História Oral Temática e Tradição Oral; e realizar oficinas com atividades práticas voltadas ao processo educativo e no processo de pesquisa. A metodologia do minicurso será exposição dialogada e oficinas pedagógicas, com uso de vídeos, material impresso. Enfatiza-se, por meio da história oral, a importância da elaboração e da trajetória da memória pessoal e social como objeto de investigação que possibilita uma nova inteligibilidade do passado recente. A história oral dá voz aos excluídos, qualifica como agente da ampliação do conhecimento e fonte de consulta. A narrativa constitui a matéria-prima para a História Oral. O narrador que conta sua história ou dá seu relato de vida não se constitui, ele próprio, no objeto de estudo, mas sim seus relatos de vida, sua realidade vivida. A partir do minicurso, espera-se que os participantes tenham um conhecimento geral sobre a História Oral como método de pesquisa científica e como metodologia de ensino.

Palavras-chave: História Oral. Educação. Pesquisa. Ensino.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3 ed. ver. Atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- BOM MEIHY, José Carlos. Manual de história oral. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- BURKE, Peter. A escrita da História: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo-UNESP, 1992.
- CRUZ, José Vieira da. O uso metodológico da história oral: um caminho para pesquisa histórica¹ in: Fragmenta. Aracaju: UNIT, 2005.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral e tempo presente. In: MEIHY, José Carlos Sebe (Org.). (Re)Introduzindo história oral no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996.
- MACEDO, Maria de Lourdes L.; SANTOS, Jocyleia Santana dos. As pesquisas em história oral: o percurso metodológico de uma trajetória acadêmica. IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS). v. 28, Issue 1, series 5 (january 2023).
- OLIVEIRA, Arlete B. de. O que faz a história oral diferente. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História. São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997. Resenha.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História, São Paulo, n. 14, 1997.

MC51 - A EXPERIÊNCIA DOS ANCIÃOS INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DE ITINERÁRIOS FORMATIVOS PARA A EJA EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Ministrante:

Marlon Santos de Oliveira Brito (UFT)

Este minicurso propõe refletir sobre como a experiência de vida, os saberes ancestrais e as práticas dos anciãos indígenas podem colaborar na construção de itinerários formativos voltados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) em territórios indígenas. A proposta nasce do processo investigativo que compreende a Universidade da Maturidade (UMA) como espaço de formação continuada e intergeracional, e busca dialogar com epistemologias indígenas, decoloniais e do bem-viver. Parte-se do reconhecimento dos anciãos como sujeitos educativos centrais na preservação e transmissão dos saberes tradicionais, orais, espirituais e territoriais, fundamentais para a continuidade cultural dos povos originários. O minicurso tem como objetivos: (1) reconhecer o papel formativo dos anciãos nas práticas educativas dos povos indígenas; (2) discutir possibilidades de inserção de saberes ancestrais nos itinerários formativos da EJA; (3) fomentar experiências intergeracionais que valorizem as memórias, as línguas, os modos de viver e cuidar presentes nos territórios. A metodologia será expositiva-dialogada, com uso de narrativas, partilhas de experiências de pesquisa, rodas de conversa e atividades simbólicas que envolvem objetos da natureza e elementos da cultura indígena. Os recursos didáticos incluem vídeos, construção de cartazes, instrumentos tradicionais e registros fotográficos. A bibliografia básica abrange MUNDURUKU (2012) e ARROYO (2017); na complementar CANDAU (2016), FLEURI (2003) e CATELLI JUNIOR (2014), e documentos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação. Este minicurso está inserido nos princípios do VI COIMI ao fortalecer os vínculos entre história, territorialidade e saberes indígenas na construção de propostas educativas enraizadas no tempo, na terra e na escuta dos mais velhos.

MC52 - BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS INTERGERACIONAIS ENTRE CRIANÇAS E ANCIÃOS DA AMAZÔNIA

Ministrante:

Neila Barbosa Osório (UFT)

Este minicurso propõe a partilha de experiências formativas entre crianças e anciãos da Amazônia, com foco na construção e vivência de brinquedos e brincadeiras tradicionais produzidos a partir de elementos da natureza, como sementes, folhas, cipós e galhos. A proposta se baseia nas práticas intergeracionais desenvolvidas na Universidade da Maturidade (UMA) e em instituições de Educação Infantil, como o Centro Municipal de Educação Infantil Amâncio José de Moraes, em Palmas-TO. Com inspiração nas epistemologias indígenas e decoloniais, reconhece os saberes ancestrais e a ludicidade como fundamentos de uma educação sensível, relacional e territorializada. Busca-se refletir sobre os itinerários formativos vividos por pessoas idosas em interações com crianças pequenas, articulando direitos de aprendizagem, memória, afeto, escuta e corporeidade no encontro com as infâncias amazônicas. Os objetivos específicos são: (1) apresentar metodologias de práticas intergeracionais com brinquedos naturais; (2) analisar os impactos dessas experiências educativas no contexto amazônico; (3) valorizar os saberes e fazeres das infâncias e maturidades a partir de uma abordagem intercultural e sensorial. A metodologia será expositiva-dialogada, com construção de brinquedos, exposição, vídeos, roda de conversa e vivências práticas inspiradas na ludicidade indígena e na educação. Serão utilizados recursos como projetor, sementes, folhas e objetos simbólicos. A bibliografia básica inclui MUNDURUKU (2012), e complementar OLIVEIRA (2018), CANDAU (2016) e FLEURI (2003). O minicurso se alinha aos objetivos do VI COIMI ao promover a valorização das territorialidades, histórias e saberes dos povos originários e das experiências intergeracionais na Amazônia.